



MARCOS PAULO SOUZA AGUIAR

**O PAPEL DAS EXTENSIONISTAS DE BEM-ESTAR
SOCIAL APÓS A PNATER: ESTUDO DE CASO DE EMATER'S
DA REGIONAL DE LAVRAS E ALFENAS**

**LAVRAS-MG
2020**

MARCOS PAULO SOUZA AGUIAR

**O PAPEL DAS EXTENSIONISTAS DE BEM-ESTAR SOCIAL APÓS A
PNATER: ESTUDO DE CASO DE EMATER'S DA REGIONAL DE LAVRAS E
ALFENAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para obtenção do título de mestre.

Prof. Dr. Marcelo Márcio Romaniello
Orientador

**LAVRAS-MG
2020**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Aguiar, Marcos Paulo Souza.

O papel das extensionistas de bem-estar social após a PNATER
: Estudo de caso de EMATER's da regional de Lavras e Alfenas /
Marcos Paulo Souza Aguiar. - 2020.

77 p.

Orientador(a): Marcelo Márcio Romaniello.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2020.

Bibliografia.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Extensão Rural. 3. Políticas
Públicas. I. Romaniello, Marcelo Márcio. II. Título.

MARCOS PAULO SOUZA AGUIAR

**O PAPEL DAS EXTENSIONISTAS DE BEM-ESTAR SOCIAL APÓS A
PNATER: ESTUDO DE CASO DE EMATER'S DA REGIONAL DE LAVRAS E
ALFENAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 09 de Março de 2020.

Dr. Marcelo Márcio Romaniello UFLA

Dra. Maria Cristina Angélico Mendonça UFLA

Dr. Osmar Vicente Chevez Pozo UFES

Prof. Dr. Marcelo Márcio Romaniello

Orientador

LAVRAS

2020

À minha mãe, Geruza, pelo carinho e cuidado durante toda a vida, ao meu pai, Antonio, pelo exemplo de luta pela realização dos sonhos e aos meus irmãos, Jéssica e Pedro, por serem a alegria dos meus dias.

Dedico!

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Lavras que, por meio do Departamento de Administração e Economia, possibilitou esta grandiosa oportunidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, por persistir num projeto tão audacioso.

Ao Professor Marcelo Marcio Romaniello, pelas orientações, paciência e disposição para ajudar.

Aos colegas de sala, por partilharem experiências, angústias e realidades de vida que deram sentido à caminhada percorrida no Programa.

Aos professores e professoras do PPGDE, por compartilharem aprendizados por meio do diálogo e da construção coletiva.

Aos funcionários da DAE/UFLA, por propiciarem um ambiente adequado e em perfeito estado de funcionamento e acolhimento dos alunos.

À minha família, por serem a razão de todo esforço e de todas as renúncias.

A Deus, por ser minha maior verdade, por ser o meu verdadeiro amor e por me mostrar que, quando estou fraco é que sou forte.

MUITO OBRIGADO!

“O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção.” (Paulo Freire)

RESUMO

Com a presente dissertação de título “O papel das extensionistas de bem-estar social após a PNATER: Estudo de caso de Emater’s da regional de Lavras e Alfenas”, objetivou-se discutir sobre o papel das extensionistas de bem-estar social (BES) na EMATER, analisando suas funções, perspectivas de intervenção, utilização de metodologias educativas/participativas e desafios enfrentados após a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Para tanto, utilizou-se de uma Pesquisa Teórica-empírica, pois além de apropriar-se das pesquisas bibliográfica, documental e eletrônica, foi-se a campo por meio de entrevistas semiestruturadas com as BES. Dentre os aspectos conclusivos deste trabalho, evidencia-se como ganhos teóricos o reconhecimento histórico da extensão rural no Brasil e das premissas estabelecidas pela PNATER que, de certa forma, influenciam o agir dos extensionistas. Por meio da pesquisa de campo, apropriou-se do perfil demográfico e profissional das entrevistadas, bem como se obteve resultados, a partir dos objetivos de tal pesquisa. Avalia-se que houve a ampliação de conhecimentos acerca da extensão rural no Brasil e principalmente da função de extensionista de bem-estar social. Espera-se que essa pesquisa possa contribuir para a função de extensionista e forneça subsídios para novos estudos, em especial, sobre os contextos de intervenção, territorialidade e políticas públicas para a população rural.

Palavras-chave: Extensão rural, Desenvolvimento Sustentável, Políticas Públicas.

ABSTRACT

With the present dissertation, entitled “The role of social welfare extension workers after PNATER: Emater’s case study from Lavras e Alfenas regional”, the objective was to discuss the role of social welfare extension workers (BES) in EMATER, analyzing its functions, intervention perspectives, use of educational / participatory methodologies and challenges faced after the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension. To do so, a theoretical-empirical research was used, because in addition to appropriating bibliographic, documentary and electronic research, it was carried out in the field through semi-structured interviews with BES. Among the conclusive aspects of this work, the historical recognition of rural extension in Brazil and the premises established by PNATER that somehow influence the action of extension workers are evidenced as theoretical gains. Through the field research, the interviewees' demographic and professional profile was appropriated, as well as results were obtained from the objectives of such research. It is estimated that there was an expansion of knowledge about rural extension in Brazil and mainly the role of social welfare extensionist. It is hoped that this research can contribute to the role of extension worker and provide subsidies for new studies, in particular, on the contexts of intervention, territoriality and public policies for the rural population.

Keywords: Rural extension, Sustainable Development, Public Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Ilustração 01: Fases da extensão rural no Brasil..... | 20 |
| Ilustração 02: Quantidade/Localidade de Extensionistas de Bem-estar Social | 36 |
| Ilustração 03: Faixa Etária de idade das BES..... | 39 |
| Ilustração 04: Sexo das BES..... | 40 |
| Ilustração 05: Estado Civil das BES..... | 40 |
| Ilustração 06: Primeira formação acadêmica das BES..... | 41 |
| Ilustração 07: Religião que as BES se identificam ou praticam..... | 41 |
| Ilustração 08: Perfil profissional das BES..... | 42 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| UFLA | Universidade Federal de Lavras |
| PPGDE | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão |
| DAE | Departamento de Administração e Economia |
| PNATER | Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| ATER | Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| BES | Bem-estar Social |
| ACAR | Associação de Crédito e Assistência Rural |
| ABCAR | Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural |
| EMBRATER | Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| SIBRATER | Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1 Objetivos | 17 |
| 1.2 Justificativa | 17 |
| 1.2.1 Relevância Institucional: | 18 |
| 1.2.2 Relevância Social: | 18 |
| 1.2.3 Relevância Acadêmica: | 18 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 20 |
| 2.1 Contextualização histórica da extensão rural do Brasil | 20 |
| 2.1.1 Fases da extensão rural do Brasil | 21 |
| 2.1.2 Institucionalização: O caminho para a ACAR, ABCAR, EMBRATER e EMATER | 25 |
| 2.2 A Nova Política de ATER | 27 |
| 2.3 O papel do extensionista após a nova política de ATER | 30 |
| 2.4 Possibilidades de intervenção do BES sob uma perspectiva multi e interdisciplinar | 32 |
| 3 METODOLOGIA | 39 |
| 3.1 Delineamento da pesquisa: | 39 |
| 3.2 Objetos, atores e localidade do Estudo: | 39 |
| 3.3 Coleta de dados: | 40 |
| 3.4 Análise de dados: | 41 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 42 |
| 4.1 Perfil demográfico das Entrevistadas | 42 |
| 4.2 Perfil Profissional das entrevistadas | 45 |
| 4.3 Resultados e discussão segundo os objetivos da pesquisa | 46 |
| 4.3.1 Quanto ao papel da BES na EMATER | 46 |
| 4.3.2 Quanto à consonância das intervenções da BES com as premissas da PNATER | 49 |
| 4.3.3 Quanto ao uso de Metodologias Educativas e Participativas. | 54 |

| | |
|--|-----------|
| 4.3.4 Quanto aos desafios enfrentados pelas BES no exercício da função | 58 |
| 4.3.5 Quanto à contribuição da formação acadêmica das BES para o alcance dos objetivos da PNATER | 60 |
| CONCLUSÃO | 63 |
| REFERÊNCIAS | 66 |
| APÊNDICE | 70 |

INTRODUÇÃO

O projeto intitulado “O papel do extensionista de Bem-estar Social após a PNATER: estudo de caso de EMATER’s do sul de Minas Gerais” deriva de um percurso realizado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da Universidade Federal de Lavras, no qual indagações foram surgindo e ainda se apresentam. Nesta etapa, sintetizam-se todos os resultados e a discussão das entrevistas realizadas junto às Extensionistas de Bem-estar Social (BES) lotadas na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), em municípios do Sul do Estado.

Ao propor um estudo sobre o papel desses profissionais nas empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), busca-se analisar a questão do desenvolvimento sustentável e da extensão rural com a perspectiva do rural não somente como um espaço de trabalho, mas também de vida, no qual as famílias são reconhecidas em suas diferentes organizações econômicas, sociais e culturais.

Admitindo a função de BES como um elo entre as famílias dos agricultores familiares e o trabalho de ATER, apropria-se de uma atenção ao rural, em que as intervenções realizadas junto a esse público serão também direcionadas ao fortalecimento de identidades e reconhecimento das potencialidades locais, viabilizando não somente o acesso a serviços, mas também aos direitos. E sob esse viés, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural representam um importante mecanismo de desenvolvimento rural sustentável, caso assumam o conceito de extensão rural apresentado por France (2005), caracterizado como um processo educativo, emancipador, construtivista e democrático que, se realizado mediante técnicas e metodologias participativas, possibilitam o fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento rural.

Nesse sentido, identificou-se como importante avanço para o desenvolvimento rural a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), no qual se estabelecem princípios participativos e dialógicos, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública (DIAS, 2007).

Vale ressaltar que, ao se tratar de ‘nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural’, refere-se ao modelo de ATER instituído pela Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010

e construído a partir da análise crítica das consequências da Revolução Verde e de um modelo difusionista, objetivando a construção de perfis de ATER baseados no desenvolvimento rural sustentável e na melhora das condições de vida da população rural.

Sob esse viés, a extensão pode ser entendida como um mecanismo de comunicação do conhecimento, no qual os sujeitos são ativos e suas as realidades de vida e cultura são fundamentais na produção de elos entre o conhecimento científico e o saber local. Nesse sentido, entre o extensionista e o trabalhador do campo deve acontecer um processo dialógico de construção do conhecimento, caracterizado como um ato político e sem neutralidade, conforme escritos de Paulo Freire (1971).

Segundo essa tomada de consciência, o sujeito interessa em participar de socializações políticas, mediante um trabalho de base que, pela mediação, apresenta linhas políticas e perspectivas de ruptura com uma vida individualista, a partir de uma consciência coletiva baseada na solidariedade. Esse trabalho de mediação perpassa pela valorização das lutas e trajetórias sociais, bem como pela criação de identidades e de espaços de sociabilidade.

Os processos dialógicos possibilitam uma educação para transformação social por ser um ato político no qual o sujeito percebe-se em sua totalidade cultural e pode, a partir de então, interferir e transformar o seu mundo. A extensão possibilita, portanto, o entendimento dos contextos e de suas desigualdades, favorecendo para a ressignificação dos sujeitos e suas projeções futuras.

Nesse sentido, torna-se necessária a discussão do agir profissional do BES após a nova política de ATER, uma vez que dentro da EMATER MG, estes são os profissionais responsáveis pela elaboração de projetos nas áreas de Bem-estar Social, destinados às famílias e comunidades rurais, acompanhando sua execução e avaliação; bem como pela assistência às famílias rurais, orientando-se nas áreas de competência do projeto.

Vale ressaltar que se exige desse profissional uma formação correlata à área das Ciências Sociais Aplicadas o que, por si só, já representa um avanço rumo à superação de uma perspectiva tecnicista e desenvolvimentista para um modelo de ATER baseado na participação e democratização, fundamentado num viés transformador de construção coletiva de alternativas.

Assim, o agir sob um viés transformador e construtivista sugere a superação de modelos verticais para modos de extensão rural nos quais há participação democrática e

relações sociais não hierarquizadas, alcançando um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável.

Ressalta-se que, a busca por uma extensão que viabilize direitos não nega as intervenções direcionadas para o fortalecimento da agricultura familiar e para o aumento da produção agrícola mas, pelo contrário, busca também o desenvolvimento rural por meio de iniciativas que valorizem o rural e possam ajudar na geração de ocupações e distribuição da renda.

Diante de todos os expostos e da compreensão que o aprendizado perpassa pelo caminho da dúvida, apresenta-se como problema de pesquisa a seguinte questão: Qual o papel desempenhado pelas extensionistas de bem-estar social na EMATER, após as premissas estabelecidas pela PNATER?

1.1 Objetivos

O objetivo geral deste estudo é analisar o papel das Extensionistas de Bem-estar Social na EMATER, após as premissas estabelecidas pela PNATER. Tal meta geral perpassa por objetivos específicos de:

- Analisar as funções e o papel das Extensionistas de Bem-estar Social após a PNATER;
- Identificar se as intervenções das BES contemplam as perspectivas elencadas na PNATER: dialética, articuladora e construtivista;
- Verificar se as extensionistas de BES utilizam-se de metodologias educativas e participativas.
- Identificar os desafios enfrentados pelas BES no exercício da função;
- Analisar as contribuições da formação acadêmica das BES para o alcance dos objetivos estabelecidos pela PNATER.

1.2 Justificativa

Para justificar o projeto em questão, optou-se por apresentar sua relevância sob três aspectos: o primeiro transita pela importância institucional de tais estudos, o segundo apresenta as suas consequências sociais e o terceiro levanta os impactos acadêmicos de sua realização.

1.2.1 Relevância Institucional:

Pesquisar sobre o papel desses extensionistas na EMATER legitima-se pela necessidade de averiguação da efetividade das ações profissionais e de sua conformidade com a missão da instituição, baseada na busca pelo desenvolvimento sustentável, por meio de uma ATER que viabilize o fortalecimento da agricultura familiar.

Dessa forma, tal pesquisa representa uma análise da inserção dos extensionistas de bem-estar social nos processos estabelecidos pela EMATER, com intuito de retroalimentação e/ou feedback dos procedimentos estabelecidos pela instituição.

Vale ressaltar que, segundo a Legislação Mineira nº 22.807 de 29/12/2017, na qual se estabelece o quadro de empregos públicos da EMATER, o quantitativo de extensionistas de bem-estar social representa o segundo maior número de servidores, atrás somente dos extensionistas agropecuários.

1.2.2 Relevância Social:

Compreende-se que o projeto em questão contribui para a identificação e valorização de profissionais que apresentam potencialidades de intervenção que corroboram a superação de um modelo difusionista de extensão, para um modelo de ATER que compreenda a sustentabilidade sob o tripé ambiental, social e econômico.

Na contemporaneidade, surgem novas interpretações teóricas sobre o espaço agrário, ampliando um cenário que aponta para a emergência da interdisciplinaridade na questão do desenvolvimento rural sustentável, integrando diferentes áreas para compreensão dos contextos culturais e realidades locais.

1.2.3 Relevância Acadêmica:

Diante de um processo acadêmico, no qual são válidas construções coletivas para interpretação da realidade, o percurso baseado na construção do conhecimento pelo diálogo e por relações horizontais, por si só, já representa um ganho acadêmico. Trabalhar extensão sob uma perspectiva dialógica propicia a emancipação dos sujeitos construtores do saber a ser referendado.

Nesse sentido, diante de um Programa de Pós-Graduação que estabelece como uma de suas linhas de pesquisa o Desenvolvimento e a Extensão, dando ênfase ao reconhecimento de

políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e a questões relativas à pluralidade dos atores envolvidos, buscar-se-á analisar a intervenção do referidos profissionais no meio rural e a necessidade de uma extensão rural pensada a partir das diferenças territoriais, culturais e das necessidades humanas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico apresentado objetiva estabelecer uma base conceitual de análise que, por meio de uma sequência lógica e de um embasamento em conceituados autores, busca relacionar os tópicos de discussão aos objetivos da pesquisa.

Assim, no primeiro momento, será apresentada uma contextualização histórica da extensão rural no Brasil, elucidando as fases dessa extensão do rural: humanismo assistencialista, difusionismo produtivista e humanismo crítica; e o caminho percorrido desde a institucionalização até as atuais EMATER's.

Logo após, será apresentado um panorama sobre a nova Política de ATER, buscando identificar as premissas inerentes a esse modelo e a criar bases para a análise das intervenções das BES e sua correlação com as perspectivas elencadas na PNATER: dialética, articuladora e construtivista.

Após estabelecer as bases da PNATER, o terceiro tópico analisará o que as premissas da nova Política de ATER impõem ao agir das BES, visando à identificação das potencialidades e dos desafios enfrentados por essas profissionais no exercício da função.

Finalizando, discute-se, no último tópico, sobre a influência da formação profissional na ação extensionista, buscando identificar as possibilidades de intervenção do BES sob uma perspectiva multi e interdisciplinar, e analisar as contribuições da formação acadêmica para o alcance dos objetivos estabelecidos pela PNATER.

2. 1 Contextualização histórica da extensão rural do Brasil

Inicia-se a discussão sobre a extensão rural no Brasil com uma retomada histórica, entrelaçando informações que perpassam pelos contextos econômicos e sociais vivenciados no país e pelo desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão rural no decorrer do tempo. Vale ressaltar que o presente tópico se limita a estabelecer apontamentos históricos, e que não é sua finalidade o aprofundamento das questões e sim a construção de bases para o entendimento sobre a Extensão rural no Brasil.

Evidencia-se que, ao se tratar do surgimento da extensão, diferentes momentos históricos são apontados, contudo há marcos de institucionalização (criação das ACAR) e de contextos de sociedade (Revolução Industrial) que influenciaram os olhares sobre o rural:

O meio rural, por muito tempo, erroneamente, foi associado ao atraso e as instituições de extensão rural surgiram movidas pela ideologia da modernização vinculadas com a ideia de que o incremento de técnicas modernas de produção causaria melhorias nas condições de vida das populações no meio rural, por meio do modelo de difusão de tecnologia. Tal perspectiva unilateral e verticalizada foi motivo de grandes discussões nos meios acadêmicos, e teve como principal expoente Paulo Freire, através de sua obra *Extensão ou Comunicação?* Nela, Paulo Freire propõe formas de garantir processos dialógicos e participativos entre técnicos e agricultores ou, como costumava dizer, entre educadores e educandos, num processo contínuo de realimentação pedagógica (ROMANIELLO, ASSIS, 2015, p.7).

Nesse sentido, inferem-se influências capitalistas no surgimento da extensão rural, criada sob o viés do aumento da produção e da lógica da perpetuação da ordem vigente, “educando” as pessoas residentes no espaço rural para o modelo de produção, aquisição e modernização das atividades rurais.

A extensão rural no Brasil nasceu sob o comando do capital, com forte influência norte-americana e visava superar o atraso na agricultura. Para tanto, havia a necessidade de “educar” o povo rural, para que ele passasse a adquirir equipamentos e insumos industrializados necessários à modernização de sua atividade agropecuária, com isso ele passaria do atraso para a “modernidade”. O modelo serviria para que o homem rural entrasse na dinâmica da sociedade de mercado, produzindo mais, com melhor qualidade e maior rendimento (LISITA, 2005, p.1)

No Brasil, conforme apresenta Rodrigues (1997), a trajetória da extensão rural percorre três momentos, em que são característicos os modos de intervenção estatal e os modelos de desenvolvimento. O primeiro modelo trata-se do Humanismo Assistencialista, o segundo do Difusionismo Produtivista e o terceiro do Humanismo crítico.

2. 1.1 Fases da extensão rural do Brasil

Para elucidar as fases da extensão rural no Brasil, recorre-se inicialmente a uma figura ilustrativa que apresenta a caracterização sumária dos três períodos, apontando e facilitando o reconhecimento do período de prevalência, do público preferencial, do papel do agente de extensão, dentre outros:

Ilustração 01: Fases da extensão rural no Brasil

Tabela 1. Caracterização sumária dos três períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil.

| Especificação | Humanismo assistencialista | Difusionismo produtivista | Humanismo crítico |
|-----------------------------|--|--|--|
| Prevalência | 1948-1962 | 1963-1984 | 1985-1989 |
| Público preferencial | Pequenos agricultores | Grandes e médios agricultores | Pequenos e médios agricultores |
| Unidade de trabalho | Família Rural | Produtor rural | Família Rural |
| Orientação pedagógica | “Ensinar a fazer fazendo” | Difusionista | Dialógica, problematizadora |
| Papel do agente de extensão | Indutor de mudanças de comportamento | Elaborador de projetos de crédito rural | Catalisador de processos sociais |
| Tipo de planejamento | Vertical ascendente | Vertical descendente | Circular |
| Papel da tecnologia | Apenas subjacente; instrumento para melhorar as condições de vida da família rural | Finalístico: modernizar o processo produtivo aumentando a produtividade da terra e do trabalho | Essencial, mas dentro de padrões de equilíbrio ecológico, energético e social |
| Tipo e uso do crédito rural | Supervisionado; cobre investimentos no lar e na propriedade (produtivos ou não) | Orientado; voltado para produtos com o fim de viabilizar tecnologias de uso intensivo de capital | Orientado; voltado preferencialmente para viabilizar tecnologias “apropriadas” |
| Organização da população | Cria grupos de agricultores, donas de casa e jovens rurais | Não se preocupa com este tipo de ação | Estimula a organização e o associativismo rural autônomos |

Fonte: Rodrigues, 1997, p.122.

Nesse sentido, identifica-se que, neste primeiro momento, denominado “humanismo assistencialista, o foco era em ajustar as famílias por meio da indução de comportamentos, porém sem problematizar as questões. Vale ressaltar que, conforme apresenta Rodrigues (1997), nessa fase o Estado brasileiro ainda não tinha despertado para o potencial produtivo da agricultura em termos de capitalização, e pelo uso intensivo de tecnologia.

Apesar de levar em conta os aspectos humanos, os métodos dos extensionistas nessa época também eram marcados por ações paternalistas. Isto é, não “problematizavam” com os agricultores, apenas procuravam induzir mudanças de comportamento por meio de metodologias preestabelecidas, as quais não favoreciam o florescimento da consciência crítica nos indivíduos, atendendo apenas as suas necessidades imediatas (LISITA, 2005, p.1).

Sob esse viés, a extensão mediava a educação informal das famílias rurais, perpetuando comportamentos, renovando tradições e fortalecendo modelos padrões, por meio dessa fase denominada Humanista Assistencialista.

Sendo assim, este período caracterizou-se pela idéia¹ da extensão como uma modalidade informal e integral de educação, destinada a agricultores, donas de casa e jovens rurais, objetivando a auto-realização² desses atores, mediante a aceitação de novas idéias e conhecimentos, a renovação de hábitos e atitudes, no interesse da melhoria das condições da propriedade e do lar e da elevação do nível de vida das populações rurais. A sua característica mais marcante é a presença de uma equipe local de trabalho, paritária, formada de um extensionista agrícola e uma extensionista doméstica, e o uso do crédito rural supervisionado para dar suporte à administração da propriedade e do lar (RODRIGUES, 1997, p.123).

Logo após a fase humanista assistencialista, identifica-se o segundo momento, denominado de “Difusionista produtivista”, que conforme Romaniello, Assis (2015), baseava-se na aquisição por parte dos produtores, de pacotes tecnológicos modernizantes, com uso intensivo de capital (máquinas e insumos industrializados). A extensão rural servia como instrumento para a introdução do homem do campo na dinâmica da economia de mercado.

Nesse modelo difusionista, o modelo messiânico da etapa anterior dá lugar a intervenções que valorizam o desenvolvimento e, sob essa perspectiva, vai se dar a ação extensionista.

¹ A palavra ideia sofreu alteração, e, conforme o Novo Acordo Ortográfico, não recebe acento – ideia - porém na pesquisa, mantém-se a citação na íntegra.

² A palavra auto-realização sofreu alteração, e, conforme o Novo Acordo Ortográfico, não apresenta hífen – autorrealização – porém na pesquisa, mantém-se a citação na íntegra.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) visava o aumento da produtividade e à mudança da mentalidade dos produtores, do “tradicional” para o “moderno”. A extensão era um empreendimento que visava persuadir os produtores, para que esses adotassem as novas tecnologias. Seus conhecimentos empíricos não interessavam, bem como suas reais necessidades não eram levadas em conta. A extensão assumiu um caráter tutorial e paternalista (LISITA, 2005, p.2).

Assim, era preciso difundir pacotes tecnológicos e, este seria então o papel dos extensionistas junto às famílias rurais, ou seja, organizar o produtor rural para o modelo produtivista consagrado na época.

Por difusão de tecnologia era entendido o desenvolvimento de uma dinâmica que partia da geração de tecnologia, tendo como etapas intermediárias a transferência do conhecimento gerado na pesquisa para a extensão, a sistematização desses conhecimentos pela extensão, a sua transferência para o contexto social do produtor, a adoção ou rejeição desses conhecimentos pelo produtor rural (ROMANIELLO, ASSIS, 2015, p.37).

Como última fase da extensão rural no Brasil, apresenta-se a Humanismo Crítica, na qual se trabalha a perspectiva da participação e criticidade como uma ação educadora. Romaniello, Assis (2015) aponta que, nessa fase, são estimuladas as reflexões, a análise crítica sobre a realidade e a ação transformadora, tendo como um dos expoentes o autor Paulo Freire.

Do início dos anos 1980 até os dias atuais, devido principalmente ao término do crédito agrícola subsidiado, iniciou-se no país uma nova proposta de extensão rural, que preconizava a construção de uma “consciência crítica” nos extensionistas. O “planejamento participativo” era um instrumento de ligação entre os assessores e os produtores, com bases na pedagogia da libertação desenvolvida por Paulo Freire. Essa fase foi chamada de “humanismo crítico”. Seus defensores afirmam que as metodologias de intervenção rural devem pautar-se por princípios participativos, que levem em conta os aspectos culturais do público alvo. A grande diferença de orientação entre as metodologias de extensão na era do “difusionismo produtivista” e da era do “humanismo crítico” é a questão da participação ativa dos agricultores (LISITA, 2005, p.2).

Desse modo, esse período denominado “humanismo crítico” é marcado pela valorização dos aspectos culturais dos atores envolvidos, em que se propõe a construção do conhecimento pelas realidades de vida e vividas pelos agricultores familiares, mediante um diálogo horizontal. Nesse momento, representa um norte para os extensionistas, as ideias do educador Paulo Freire, principalmente as divulgadas em seu livro “Extensão ou Comunicação?”, de 1988.

2. 1.2 Institucionalização: O caminho para a ACAR, ABCAR, EMBRATER e EMATER

Após retratar as fases da extensão rural no Brasil, objetiva-se com o presente tópico, elucidar a institucionalização da Extensão Rural e transitar pelo caminho percorrido com a criação e extinção dos órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural em nosso país.

Conforme apresenta Romaniello, Assis (2015), a institucionalização da extensão rural se deu no contexto social, político e econômico do período de 1948 a 1964, tempo este marcado por um cenário internacional de Guerra Fria e nacional de industrialização do país. Havia a preocupação por parte dos norte-americanos capitalistas de que o ideário comunista do bloco oposto atingisse o Brasil. O “perigo vermelho” ameaçava o mercado consumidor de produtos industrializados dos Estados Unidos, ameaçava, também, sua fonte de matérias-primas vindas do Brasil. Segundo Portilho (1998), o temor norte-americano de que o “perigo vermelho” se espalhasse pela América Latina e pudesse comprometer seus interesses econômicos, políticos e ideológicos, possibilitou que a educação informal fosse viabilizada por meio da implantação e da institucionalização dos serviços de extensão rural, no caso, o surgimento da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR).

Segundo Olinger (1996), as atividades da ACAR iniciaram em primeiro de janeiro de 1949, e cabia à instituição a difusão de agricultura, pecuária e economia doméstica financiada pela Caixa Econômica.

A ACAR estende-se, então, pelo território do Estado, onde escritórios eram instalados nos municípios em acomodações modestas com uma auxiliar de escritório. A equipe de (agrônomo e economista doméstica) visitavam as propriedades rurais, percorrendo até dois municípios para conhecer de perto os problemas das comunidades e famílias rurais. Nesse período, eram organizadas demonstrações, reuniões e palestras, buscando, por meio do conhecimento, mudanças nas atitudes e habilitações para atingir o desenvolvimento individual e social. O trabalho era realizado envolvendo o agricultor, sua esposa e filhos, persuadindo, por meio de campanhas comunitárias, o uso de recursos técnicos para maior produtividade e o bem-estar social (ROMANIELLO, ASSIS, 2015, p.23)

Nesse sentido, aos profissionais da ACAR cabiam os encaminhamentos para o crédito rural (tecnificação da produção, assim como as reformas habitacionais e aquisição de máquinas e equipamentos de uso doméstico) e, no plano de Administração da Propriedade e

do Lar, eram priorizadas obras de saneamento, fossa seca, alimentação, hortas e pomares domésticos e vestuário (RUAS, 2006 apud ROMANIELLO, ASSIS, 2015).

Para organizar as atividades de Extensão Rural no país, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em 1956:

No ano de 1956, nasce a ABCAR, com o objetivo de organizar as atividades de Extensão Rural no país. Ela foi constituída como sociedade civil de direito privado, assim como suas filiadas e teve como membros fundadores o ETA, o Ministério da Agricultura, a AIA, a ACAR-MG, a ANCAR, a ASCAR, a Confederação Rural Brasileira e, logo depois, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste Brasileiro. Extensão Rural e Sustentabilidade 27 As ACARs filiaram-se à ABCAR e passaram a fazer parte do órgão máximo de direção da ABCAR que, por sua vez, estava diretamente ligada ao Governo Federal. A ABCAR traçava metas e diretrizes, baseada na ideologia governista que norteava todo o trabalho das ACARs (ROMANIELLO, ASSIS, 2015, p.26).

A ABCAR, devido ao cenário de instabilidade política, foi extinta em 14 de fevereiro de 1975, pelo decreto 75.373 e, a partir de então, a ABCAR e as associações do sistema ACAR, ANCAR e ASCAR são extintas e são substituídas pela EMBRATER.

A criação da EMBRATER, o Estado centralizador assumiu o projeto extensionista brasileiro, criando, em 1975, a EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, com objetivos básicos de melhoria das condições de vida das populações rurais e aumento substancial da produção de alimentos e matérias-primas para o mercado interno e externo, classificando os produtores em: alta renda (dos quais se espera produção de larga escala para equilíbrio da balança comercial); média renda (dos quais se espera oferta global interna de alimentos e matérias-primas e demandas de produtos do setor industrial); e baixa renda (dos quais se espera, de forma coletiva, oferta global interna de alimentos e matérias-primas e demandas para o setor industrial). Em 1974, o Presidente Ernesto Geisel “estatizou”, implantando a Sibrater (Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural), coordenado pela EMBRATER. Esta e a EMBRAPA passam a ser os principais instrumentos básicos, de caráter executivo, para desenvolver a agropecuária nacional (ROMANIELLO, ASSIS, 2015, p.34).

Assim, com a criação da A EMBRATER, determinou-se a criação das EMATER'S que são executadas pelas empresas estaduais de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). Modelos de um novo modo de se fazer ATER surgiram com uma perspectiva de “transição agroecológica”, como uma crítica aos preceitos e instrumentos da revolução verde. Segundo Caporal, Costabeber (2004), esse modelo caracteriza-se por uma intervenção de caráter educativo e transformador, que tem o objetivo de alcançar um desenvolvimento

socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia.

2.2 A Nova Política de ATER

No presente texto, ao se tratar de ‘nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural’, faz-se referência ao modelo de ATER instituído pela Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Contudo, ao apresentar algo como inovador, surgem questionamentos sobre quais as novidades e a motivação para essas mudanças, portanto, este é o objetivo deste tópico que se inicia.

Conforme apresenta a PNATER, a nova ATER surge da análise crítica das consequências da Revolução Verde e de um modelo difusionista, objetivando a construção de perfis de ATER baseados no desenvolvimento rural sustentável e na melhora das condições de vida da população rural.

Essa nova orientação opõe-se à prática histórica da Extensão Rural que, desde longa data, esteve baseada na teoria da difusão de inovações, o que levou os extensionistas a voltar sua atuação para a transferência de tecnologia, tendo como objetivo a “modernização conservadora” da agricultura. Nesse processo, os agricultores eram vistos como meros depositários de conhecimentos e de pacotes gerados pela pesquisa, na maioria das vezes inadequados para as condições específicas de suas explorações e dos agroecossistemas por eles manejados (CAPORAL, RAMOS, 2006, p.3).

O modelo difusionista apresentou-se, por um longo período, como a referência para ação extensionista:

Esse modelo, que é fruto de decisões políticas, norteou a ação extensionista. Ao mesmo tempo, continua sendo responsável pela concentração da terra, pelo êxodo rural, pela baixa escolaridade no campo, pela redução da biodiversidade, pela poluição, pela contaminação dos alimentos, pela exclusão social, pela desvalorização do trabalho na agricultura, pelo empobrecimento no meio rural, entre outros problemas (CAPORAL, RAMOS, 2006, p.3).

Contudo, em resposta às consequências desse modelo difusionista, a PNATER apresenta-se como uma alternativa baseada no diálogo e na construção participativa de um novo modelo de ATER.

Propondo-se romper com as práticas difusionistas, reducionistas, entrópicas e hierárquicas, baseadas em propostas desenvolvimentistas e voltadas para um viés econômico, a nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) pretensamente aponta para um modelo de participação e democratização para a Assistência Técnica e Extensão Rural, propondo novas metodologias e ações mais compatíveis com o modo de vida, de trabalho e de produção da agricultura, especialmente àquela de caráter familiar, baseada na troca de saberes entre o

conhecimento científico e popular e o uso de práticas rurais sustentáveis, orientadas pelos princípios da Agroecologia (LUSA, 2013,p.121)

Portanto, contrário ao sistema difusionista, busca-se referência em modelos construtivistas, no qual um olhar sistêmico é base para a construção de novos conhecimentos.

Ao contrário, a nova ATER vai buscar seu modelo teórico-pedagógico no construtivismo, cujo ponto central é a premissa de que o homem-agricultor possui um acúmulo de conhecimentos históricos, culturais, individuais ou coletivos que fazem com que ele esteja inserido no mundo do saber. Esses conhecimentos precisam ser valorizados e incorporados como elementos fundamentais de uma estratégia de desenvolvimento rural, o que é quase impossível conseguir utilizando-se os métodos persuasivos da tradição extensionista. Assim sendo, as entidades de ATER, ao invés de continuarem insistindo no uso dos métodos tradicionais de Extensão Rural, deveriam capacitar-se para o uso de ferramentas e técnicas participativas que permitam a reflexão, a compreensão da realidade e a busca de soluções compatíveis com o universo dos diferentes grupos de agricultores familiares e dos agroecossistemas que estão sendo por eles manejados (CAPORAL, RAMOS, 2006, p.12).

Dessa forma, a extensão assume o papel de reconhecimento dos sujeitos do meio rural, a partir do entendimento de que as diferentes técnicas derivam das relações humanas e devem ser socializados de forma coletiva, não como uma mercadoria. Tal postura é evidenciada na Missão dos serviços públicos de ATER:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (BRASIL, 2004, p.9).

Contudo, identificam-se empecilhos para o serviço de ATER público que compreenda a sustentabilidade sob o tripé ambiental, social e econômico, com intuito de buscar um Desenvolvimento Sustentável que atenda a outros requisitos e não somente o de aumento de produção agropecuária. Por desenvolvimento Rural Sustentável, remete-se a seguinte definição:

Desenvolvimento, em sua formulação mais ampla, significa a realização de potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental e com seus valores políticos e éticos. Ademais, defendemos o Desenvolvimento Rural Sustentável como um processo gradual de mudança que encerra em sua construção e trajetória a consolidação de processos educativos e participativos que envolvem as populações rurais, conformando uma estratégia impulsionadora de dinâmicas sócio-econômicas³ mais ajustadas ao

³ A palavra sócio-econômicas sofreu alteração, e, conforme o Novo Acordo Ortográfico, não recebe hífen – (socioeconômicas) porém na pesquisa, mantém-se a citação na íntegra.

imperativo ambiental, aos objetivos de equidade⁴ e aos pressupostos de solidariedade intra e intergeracional (CAPORAL, COSTABEBER, 2003, p.3).

Mostra-se necessária uma extensão rural pública e gratuita orientada às demandas e circunstâncias da agricultura familiar (CAPORAL, 2003). Aponta-se para a urgência de mudar o paradigma extensionista baseado no difusionismo administrado “de cima para baixo”, e qualificar um novo profissional capaz de investigar, identificar e fazerem disponíveis tecnologias compatíveis com as necessidades locais.

A Extensão Rural, historicamente, atua como um serviço para o meio rural. Nessa perspectiva, seria de competência dos extensionistas promover o deslocamento da técnica desenvolvida por institutos, como universidades, empresas públicas ou privadas, para o público alvo dessas ações. Entretanto, quando não há problematização ou debate acerca de seus objetos e da configuração do próprio meio rural, a ação extensionista, nesses moldes, não leva em conta o conhecimento do agricultor (LELIS, COELHO, DIAS, 2012, p.78)

Para alcance da evolução das áreas rurais, admite-se a agroecologia como uma estratégia, devido a seus mecanismos de mudança do meio rural e da agricultura, reorientando as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, uma vez que o modelo convencional se mostra insustentável no tempo:

...”a) há consenso de que o atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencional é insustentável no tempo, dada sua grande dependência de recursos não renováveis e limitados. Ademais, este modelo tem sido responsável por crescentes danos ambientais e pelo aumento das diferenças sócio-econômicas⁵ no meio rural; b) a par disso, está em curso uma mudança de paradigma na qual aparece com destaque a necessidade de buscar-se estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que assegurem maior sustentabilidade ecológica e equidade⁶ social (CAPORAL,COSTABEBER 2004, p.16).

Em consonância ao que apresenta Caporal, identificam-se mudanças no meio rural que ainda não foram acompanhadas pelas instituições:

Em uma palavra, o rural brasileiro não é mais o mesmo da geração anterior. Com a consolidação da urbanização e da industrialização brasileira fechou-se um longo ciclo. O rural integrou-se definitivamente ao urbano, numa integração contraditória e conflituosa. Por outro lado, as categorias de apreensão e mesmo as instituições voltadas ao desenvolvimento rural, não foram ainda modificadas em uma direção condizente com o estatuto desta nova etapa. Por isto, reformar as instituições e as categorias de pensamento sobre o rural são dois grandes desafios que se impõem para a próxima década (FAVARETO,2010, p.1).

⁴ A palavra equidade sofreu alteração, e, conforme o Novo Acordo Ortográfico, não recebe acento – trema – (equidade) - porém na pesquisa, mantém-se a citação na íntegra.

⁵ A palavra sócio-econômicas sofreu alteração, e, conforme o Novo Acordo Ortográfico, não recebe hífen – (socioeconômicas) porém na pesquisa, mantém-se a citação na íntegra.

⁶ A palavra equidade sofreu alteração, e, conforme o Novo Acordo Ortográfico, não recebe acento – trema – (equidade) - porém na pesquisa, mantém-se a citação na íntegra.

Acerca do conceito de sustentabilidade, Joaquim Basso em seu artigo “Sustentabilidade da produção agrária e o direito”, apresenta que sustentabilidade deriva, também, da oferta de trabalhos decentes, de uma perspectiva que considere a capacidade de redução da pobreza e da fome, de modo a tornar a atividade agrária “socialmente aceitável”. Tal abordagem supera a usual, passando por ideias como a erradicação das desigualdades sociais, a análise das mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade e a diversificação da produção.

Diante da contextualização da nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural, surgem questionamentos quanto ao agir profissional e seu comprometimento com as premissas por hora estabelecidas. Para dar conta de tais perguntas, o tópico, a seguir, se propõe a discutir sobre a influência dessas premissas sob o papel executado pelos extensionistas de bem-estar social na EMATER.

2.3 O papel do extensionista após a nova política de ATER

No presente tópico, o objetivo de análise perpassa pela discussão sobre as premissas que a nova Política de ATER impõe sobre o agir profissional dos extensionistas, contudo, ressalta-se que os subsídios aqui apresentados serão utilizados para análise da intervenção dos extensionistas de bem-estar social, objeto de estudo em questão.

Cabe aos extensionistas, segundo a PNATER, promover processos educativos com enfoque dialético, humanista e construtivista, no qual os atores sociais são valorizados e membros da construção do desenvolvimento rural sustentável e da melhoria da qualidade de vida da população rural.

Deste modo, a intervenção dos agentes de Ater deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. Isso se traduz, na prática, pela animação e facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos protagonistas envolvidos. Esta metodologia deve permitir, também, a avaliação participativa dos resultados e do potencial de replicabilidade das soluções encontradas, para situações semelhantes em diferentes ambientes (BRASIL, 2004, p.11).

Adotar tal postura, portanto, exige a ruptura com modelos difusionistas e tecnicistas de Assistência Técnica e Extensão Rural:

Essa mudança significa passar de uma perspectiva linear e cartesiana, que se mostrou insuficiente e, muitas vezes, equivocada, para outra, notadamente distinta,

multidirecional e sistêmica, que responda às condições de cada realidade onde atue uma entidade e um agente de ATER. A nova perspectiva exige que o extensionista seja um mediador de saberes e conhecimentos, um agente impulsionador do desenvolvimento das comunidades rurais, que influi também nas mudanças institucionais que são necessárias nas entidades de ATER (CAPORAL, RAMOS, 2006, p.6).

Nesse sentido, admite-se que PNATER impõe desafios a seus executores, visando à superação de um modelo difusionista de extensão.

Para dar conta destes desafios, os serviços públicos de ATER (realizados por entidades estatais e não estatais) devem ser executados mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de ATER devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais. Ao contrário da prática extensionista convencional, estruturada para transferir pacotes tecnológicos, a nova Ater pública deve atuar partindo do conhecimento e análise dos agroecossistemas e dos ecossistemas aquáticos, adotando um enfoque holístico e integrador de estratégias de desenvolvimento, além de uma abordagem sistêmica capaz de privilegiar a busca de equidade⁷ e inclusão social, bem como a adoção de bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas (BRASIL, 2004, p.6).

Segundo tais premissas, o extensionista deve aproximar-se do agricultor familiar e de seu contexto, de forma a respeitar os aspectos históricos e as realidades de vida apresentadas, identificando-se como um facilitador, e não como o sujeito detentor, do conhecimento a ser difundido.

Nele, o diálogo e a participação entre a população do campo e a equipe ATER devem estar presentes desde a formação dos extensionistas, cortando a distância que ainda existe entre ambos, aproximando seus conhecimentos e possibilitando o reconhecimento efetivo das demandas do público atendido pela política, bem como o encaminhamento de sua resolução. Essa dinâmica é válida para todas as profissões envolvidas nas equipes de ATER, as quais ainda têm como principal desafio superar a carência de ações multidisciplinares (LUSA, 2013, p. 121)

Contudo, a mudança de postura de profissionais exige embates políticos que esbarram na formação desses sujeitos e na redefinição das relações de poder dentro das instituições de ATER:

Substituir o paradigma da Extensão Rural convencional por um “novo modo” de fazer Ater coloca em xeque os conhecimentos adquiridos no processo de formação dos agentes e na estrutura das organizações de Ater, na qual eles estão inseridos. Nesse sentido, o esforço de mudança é duplo, pois significa refletir sobre a própria prática e tomar decisões sobre seu papel, sua forma de atuação e, ao mesmo tempo, contribuir para a redefinição das estruturas e das relações de poder vigentes nas organizações de ATER (CAPORAL, RAMOS, 2006, p.6).

⁷ A palavra equidade sofreu alteração, e, conforme o Novo Acordo Ortográfico, não recebe acento – trema – (equidade) - porém na pesquisa, mantém-se a citação na íntegra.

Há que se preocupar, portanto, com o processo de formação dos agentes de ATER, para que estejam aptos a serem facilitadores e articuladores desse novo modo de fazer extensão rural. Identifica-se a necessidade de um novo profissionalismo:

Um “novo profissionalismo”, ademais, requer que se reconheça que nem sempre o que pensamos e estabelecemos como necessidades dos indivíduos e grupos assistidos corresponde às necessidades sentidas por eles mesmos, de modo que o agente deveria estar, cotidianamente, buscando identificar os valores próprios dos beneficiários. Por outro lado, estabelecer um “novo profissionalismo” exige que, ao contrário do enfoque reducionista e cartesiano da formação profissional convencional, se adote uma formação mais multidisciplinar ou, pelo menos, se ampliem aspectos formativos que levem a uma maior capacidade de dialogar com outras profissões e interagir com outras disciplinas. Como destacam diversos autores, esse “novo profissionalismo” é um grande desafio e requer uma ampla ação de capacitação e reciclagem de agentes de extensão rural que já estejam em serviço. Em qualquer caso, saliente-se que não se menospreza o papel dos especialistas, que devem integrar-se aos processos (CAPORAL, 2003, p.13).

Assim, admite-se que o agir profissional após a PNATER exige das Instituições e dos agentes de ATER uma nova perspectiva de intervenção, em que o viés participativo é fundamental.

Atuar, nessa nova perspectiva, requer das entidades, de seus diretores, de seus gerentes e de seus agentes uma nova postura de trabalho, um novo papel e um novo perfil, além de uma atuação baseada em métodos e técnicas que estimulem a participação. Uma nova ATER precisa ser, verdadeiramente, uma ação educativa, democrática e participativa (CAPORAL, RAMOS, 2006, p.1)

Portanto, após ressaltar que os extensionistas devem assumir em sua intervenção uma postura dialógica e construtivista, dedica-se o próximo tópico à discussão sobre a premissa de um agir profissional articulado, no qual são possíveis mediações para viabilização de direitos.

2.4 Possibilidades de intervenção do BES sob uma perspectiva multi e interdisciplinar

No texto a seguir, objetiva-se discutir sobre a influência da formação profissional na ação extensionista, uma vez que, para ocupar esse emprego público na EMATER MG, faz-se necessário formação profissional em áreas como as de Serviço Social, Ciências Sociais, Economia Doméstica e Pedagogia. Vale ressaltar que a PNATER apresenta como um de seus objetivos a adoção de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos.

Dentre as diretrizes da PNATER, está a questão apoiar ações voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais.

Com efeito, com a efetivação desta política espera-se que diminuam os índices de miséria no espaço rural, aumentando a qualidade de vida da população e diminuindo a quantidade de migração dessa população para o espaço urbano, o que geralmente é motivado pela busca de emprego para sobreviver. Neste sentido, a nova configuração da PNATER prevê a execução de programas de incentivo para os jovens desenvolverem técnicas para melhorarem a produção na agricultura, com intuito de possibilitar sua permanência em seu local de origem, colaborando para o desenvolvimento destes espaços (LUSA, 2013, p.123).

Diante dos contextos apresentados, evidencia-se a necessidade de um olhar crítico sobre as correntes ideológicas que influem sobre o direcionamento das políticas, analisando se as intervenções de extensão rural, de fato, possibilitam um agir transformador ou se contribuem para a perpetuação da ordem vigente.

Abandonar o padrão clássico difusionista de atuação se faz necessário. Para tanto, entende-se que, diante de uma concepção mais crítica do desenvolvimento rural, a Extensão Rural poderá atuar sobre outros pilares que têm em vista liberdade econômica, igualdade social e fraternidade ambiental. Tais pilares representam a tríade constitucional dos direitos fundamentais que permitem elevar a Extensão Rural a um novo patamar: a de garantidora de direitos fundamentais (LELIS, COELHO, DIAS, 2012,p.79).

Sob esse viés, o extensionista de bem-estar social ganha relevância devido sua capacidade de entendimento societário advindo de sua formação.

Ao se considerar a Extensão Rural como um veículo para direitos fundamentais, a lógica tecnocrata se perde. Visto que a função primeira do Estado é garantir direitos para os cidadãos, (incluindo-se os agricultores familiares), o amplo acesso ao desenvolvimento exige uma nova perspectiva para a praxis do extensionista. Para tanto, seus fundamentos carecem ser ancorados em outras bases, inclusive pode ser estratégico alterar sua própria denominação identitária de extensionista para agente do desenvolvimento (LELIS, COELHO, DIAS, 2012,p.79).

Dentre as contribuições dos projetos de Bem-estar Social, cabe especial atenção aos processos de articulação com outras políticas para viabilização de direitos, uma vez que identifica-se nos objetivos da EMATER a perspectiva do agir profissional; visa também ao fortalecimento da cidadania, por meio do qual haverá a democratização das decisões e o controle social sobre as políticas que atendem a população rural. Nesse sentido, infere-se como responsabilidade da ATER:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais,

buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria de qualidade de vida da sociedade (BRASIL, 2010, p. 3).

Dessa feita, o desenvolvimento rural sustentável perpassa pelo fortalecimento da sociedade civil, que também se apresenta como uma responsabilidade dos extensionistas.

Tendo em vista o desenvolvimento rural, faz-se necessário promover um conjunto de ações que considerem todos os aspectos do campo (econômico, cultural, ambiental, social e político), de modo a favorecer também a participação da população, para que estes, apoiados pelos agentes de extensão rural, tenham protagonismo nesse processo (LUSA, 2013, p. 125).

Nesse sentido, faz-se necessário estratégias que findam na participação popular e no reconhecimento das potencialidades desses cidadãos. Viabilizar direitos é também atuar nos processos de interação da sociedade civil com o Estado, admitindo que o desenvolvimento rural e o fortalecimento da agricultura familiar percorrem o caminho do controle social dos sujeitos sobre o direcionamento das políticas públicas que atendem o meio rural e o modifica. Sob esse viés, reconhece-se o território como o espaço de interlocução desses sujeitos.

O uso do território pelos sujeitos e a relação entre território e população, o conceito de território se constrói a partir da relação entre território e as pessoas que dele se utilizam. Esta indivisibilidade hoje se mostra com uma particularidade extremamente fecunda quando observamos a intensa dinâmica da população nos territórios. A relação inseparável entre território e sujeito ou população, permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas (KOGA, 2003, p. 35).

Assim, infere-se que os processos de extensão baseados na construção coletiva do saber representam mecanismos para formação e construção dos sujeitos políticos, uma vez que apresentam a estes linhas políticas e análises de conjuntura que lhes favoreceram para o reconhecimento e fortalecimento de suas lutas.

Tal discussão torna-se necessária por apresentar que o Desenvolvimento Rural Sustentável abrange o direito à sustentabilidade.

Em seguida, passa a considerar a concretização do direito à sustentabilidade como um princípio constitucional e o aponta como valor fundamental, voltado a determinar direta e imediatamente a responsabilidade do Estado e da sociedade pela realização do desenvolvimento. Para tanto, é necessário que ele seja socialmente inclusivo, durável e equânime, ético e eficiente, no intuito de assegurar, de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar de todos os indivíduos (ADOLFO *et al.*, 2015, p.2).

Oliveira e Grossi (2007) compartilham desse entendimento, uma vez que apresentam o bem-estar social como a garantia da condição de cidadão.

Preocupa-se com a qualidade de vida e bem-estar da sociedade, ao mesmo tempo em que provoca, em cada ser humano, o sentimento de pertencimento e cidadania. Neste

sentido, o desenvolvimento sustentável busca atender às necessidades presentes da população planetária, mas na perspectiva do cuidado, de forma que as ações do cidadão de hoje não comprometam as gerações futuras (OLIVEIRA;GROSSSI, 2007, p.128).

No que tange à discussão sobre o desenvolvimento rural sustentável, apreende-se que, apesar de um importante aumento na produtividade, o modelo agrícola de desenvolvimento ocasionou o acirramento das questões sociais manifestadas no meio rural, dentre os quais destaca-se o uso intensivo e degradativo do solo, a redução da biodiversidade, o êxodo rural, o aumento da concentração fundiária e contaminação de solos e alimentos (OLIVEIRA; JAIME, 2016, p.1109).

O desenvolvimento sustentável é tema importante na sociedade internacional globalizada. Deve ocorrer a partir da conscientização, por parte dos povos e dos Estados, no sentido de que a existência de um meio ambiente equilibrado é um direito fundamental de todos e que se trata da efetividade dos direitos do cidadão. Em uma sociedade democrática, o Estado deve, mesmo que de forma soberana, explorar o meio ambiente racionalmente, evitando a degradação. Falar em Desenvolvimento Sustentável significa falar em prática de ações que se reproduzam no tempo, não podendo, assim, esgotar as bases materiais sobre as quais ocorrem. Não significa, portanto, apenas a manutenção de estoques de recursos naturais para as gerações vindouras, mas a criação de um modo de vida sustentável, que possa ser legado às gerações futuras, em que não haja exclusão social e em que exista um patamar mínimo de igualdade, gerando ações e projetos voltados para a educação, saúde, emprego, habitação, etc (BULZICO; GOMES, 2010, p.1).

A perspectiva de políticas públicas aqui mencionada, compreende o agricultor em sua totalidade, admitindo-o como um sujeito de direitos.

Entretanto, sabemos que políticas públicas não são ‘favores concedidos’, mas antes, direitos conquistados e, sendo assim, não são relativas apenas aos pobres e miseráveis. As contradições entre classes, por sua vez, não são resultados de ações individuais, onde os competentes enriquecem e os incapazes são marginalizados. Antes, são fruto da reprodução do sistema capitalista, que traz em suas bases a exploração do homem pelo homem e as desigualdades sociais. O ‘social’ não é, portanto, uma esfera limitada aos pauperizados, socialmente excluídos da esfera econômica da sociedade (LUSA, 2013, p.124).

Dessa forma, articular-se para viabilizar direitos representa a busca por melhorias da qualidade de vida da população rural e baseia-se na realização de mediações que possibilitam aos agricultores familiares o acesso às políticas públicas em geral.

As ações com intencionalidade de fortalecimento e desenvolvimento dos povoados e das populações do campo assumem também a intencionalidade de diminuir e eliminar a miséria e o abandono do campo, aumentando a qualidade de vida. Esta última é explicitada no objetivo da PNATER de “aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção” (BRASIL, 2010), a fim de extinguir a histórica ‘não rentabilidade’ da agricultura familiar, ocasionada pelo próprio modelo capitalista (LUSA, 2013, p.124).

Para enfrentamento das desigualdades sociais manifestadas nos meios rural e urbano, são necessárias políticas públicas que interfiram nas realidades apresentadas e segundo (KHAN; SILVA, 2007, p. 1038), no Brasil, foram desenvolvidas políticas visando minorar os problemas sociais e possibilitar melhores condições de vida para a população de menor poder aquisitivo, bem como contribuir para a sustentabilidade da agricultura familiar.

Porém, há controvérsias acerca da efetividade das políticas que atendem os sujeitos e as famílias residentes nas áreas rurais.

As propostas dos demais entes sociais que visam a garantia da cidadania e concretização dos direitos fundamentais desses trabalhadores, como o incentivo à agricultura familiar, uma política de reforma agrária séria e prioritária, escolarização no campo etc., parecem não alcançar os projetos oficiais; entretanto, têm exemplos concretos de que políticas públicas são necessárias para a promoção da igualdade social (KOKOL E MISAILIDIS, 2013, p.173).

Outra questão importante ao se tratar de políticas públicas para a população do campo é a realidade do êxodo rural familiar, no qual se percebe que o acesso a determinadas políticas como a aposentaria rural auxiliou na permanência de pessoas idosas no espaço rural, porém, identifica-se que as mulheres jovens, atualmente, formam o principal estrato social que empreende um êxodo rural seletivo (FROEHLICH, 2011, p. 1675).

Para elucidar a temática de políticas públicas para a população rural, recorre-se a interpretações sobre algumas destas, das quais se destacam as políticas de educação, de assistência social, de habitação e de atenção ao agricultor familiar. Acerca das políticas educacionais do/no campo, (FRANÇA; FARENZENA, 2016, p.11) apresentam que persistem situações de desigualdade quanto a oportunidades educacionais e efetivação de direitos de cidadania.

Ao fazermos a interface entre a Educação do Campo e os Direitos Humanos, identifica-se que no País, nesta virada de século, emergiu uma ruptura entre um direito negado de acesso e qualidade de educação no meio rural pelo engendramento de um novo paradigma, a Educação do Campo, construída com a participação dos sujeitos organizados coletivamente que vivem e trabalham no campo (LOCKS *et al.*, 2015, p.152).

Por Assistência Social, admite-se um foco central em questões relacionadas à pobreza e a vulnerabilidade social, visando a ações públicas e privadas com o objetivo de dar uma resposta para a sociedade acerca dos grupos familiares com perda de laços sociais (NETO, 2015, p. 129), dentre os quais, estão as famílias do meio rural, represadas de suas demandas por distanciamento dos órgãos executores das políticas públicas.

No caso da assistência social, nos parece que a implementação da política e a maior utilização dos recursos federais estão mais diretamente relacionadas às demandas por proteção social do que à capacidade burocrática instalada propriamente dita, o que pode ser decorrente de um processo de represamento de demandas que precisavam ser atendidas, em razão das desigualdades socioeconômicas prevalentes (SATYRO *et al.*, 2016, p. 313).

Nesse contexto, ao se analisar as ações ou políticas voltadas para a questão da habitação, infere-se, também, a necessidade da participação da sociedade civil, para viabilização de programas e projetos voltadas para a realidade dos sujeitos residentes nas zonas rurais.

Por fim, na reflexão acerca das redes e moldes das políticas habitacionais, verificou-se a necessidade de reformular e de repensar a participação e as atribuições dos atores envolvidos, de forma que as redes organizadas nesse campo possibilitem uma efetiva descentralização da gestão pública, com relações mais horizontais, como deveria ocorrer nesse tipo de articulação (SILVA; COTO, 2015, p. 181).

Assim, ao tratar das políticas direcionadas para o meio rural, percebe-se a relevância do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), no qual se estabelecem propostas que objetivam o desenvolvimento rural sustentável, almejando a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Para o cumprimento desse propósito, as ações do programa consideram, implicitamente, a relevância da formação de capital humano e social no meio rural. A tentativa de formar esses estoques, no programa, relaciona-se às atividades ligadas ao incentivo a associações, conselhos e cooperativas rurais, e serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para os produtores familiares (SILVA; BERNARDES, 2014, p. 740).

Os diferentes sujeitos do meio rural são marcados pelas expressões da questão social, o que torna necessário intervenções públicas que viabilizem direitos, respeitem a singularidade dos espaços ocupados por estes e fortaleçam os mecanismos de participação social. Nesse sentido, o fortalecimento de atores sociais possibilita a construção de mecanismos de diálogo e de controle social que favorecem para a oferta de políticas públicas setoriais de qualidade, bem como orienta o cidadão rural para as lutas de sua classe

O fortalecimento de coalizões envolvendo lideranças comunitárias, profissionais, técnicos e gestores locais em torno do programa é crucial. Vários autores têm chamado a atenção para a importância da colaboração entre profissionais e lideranças comunitárias para a maior sustentabilidade das políticas públicas (MAGALHÃES *et al.*, 2011, p. 4451).

Conforme apresenta (SIMÃO, 2017, p.289), o conceito de desenvolvimento local, entendido como a busca por maior qualidade de vida por meio do protagonismo dos próprios atores locais, tem favorecido a inclusão da sociedade civil nas intervenções governamentais.

Diante dessa realidade, as políticas públicas assumem enfoque emancipatório, e a população deixa de ser agente passivo para tornar-se parte integrante da governança.

Nesse sentido, é necessário considerar a formulação e implantação de políticas públicas e o fortalecimento dos movimentos sociais. Iniciativas de apoio e incentivo a modelos alternativos de produção devem estar articuladas com a participação dos consumidores. As práticas de consumo poderiam contribuir com a formação de redes de intercâmbio de informação e de aprendizagem para o exercício da cidadania e o desenvolvimento local. O cidadão, adotando uma postura mais crítica, poderia tentar reavaliar uma visão que parece ser muito comum no contexto sociopolítico brasileiro, a de que os problemas ambientais devem ser solucionados pelo governo, esquivando-se de sua responsabilidade, sem tomar posse do poder de transformação que lhe pertence. Essa capacidade pode se manifestar em uma relação de embates, conflitos e vigilância de outros atores sociais, como empresas, organizações públicas e até mesmo os próprios movimentos sociais (COSTA; TEODÓSIO, 2011, p.123).

Nessa lógica, torna-se papel do Estado a mobilização dos atores sociais, inferindo-se que cabe, também, ao extensionista de bem-estar social o fortalecimento da sociedade civil.

Portanto, é necessário compreender a atuação concreta dos atores neste campo de disputas e as diversas concepções sobre o espaço e seu ordenamento, tais como as definições legais e jurídicas, técnico-científicas, os saberes tradicionais, a atuação dos diversos segmentos como movimentos sociais, instituições conservacionistas, religiosas e administrativas (SILVA, 2014, p. 22).

Assim, ao tratar da temática de políticas públicas no meio rural, apreende-se a necessidade de reconhecimento dos atores sociais e da singularidade desses espaços, por meio de posturas profissionais que colaborem para o fortalecimento da sociedade civil e consequente participação social, mecanismos estes, de interferência nos rumos das políticas que atendam a população rural.

Portanto, infere-se que o extensionista de bem-estar social deve ser um profissional articulador, mediando possibilidades de assistência às famílias e comunidades rurais. Para tanto, utilizam-se de confluências do desenvolvimento rural sustentável com a perspectiva dos direitos afiançados às pessoas que residem no meio rural, elencando aspectos das políticas de educação, assistência social, habitação e de atenção ao agricultor familiar.

3 METODOLOGIA

O caminho percorrido durante um projeto de pesquisa perpassa por suas escolhas metodológicas, no qual se estabelecem direções para os estudos segundo os objetivos a serem alcançados, os procedimentos a serem adotados, a abordagem a ser utilizada e o embasamento teórico no qual se buscam fundamentos para as questões apresentadas. Assim, com os tópicos seguintes, objetiva-se estabelecer a metodologia de pesquisa utilizada.

3.1 Delineamento da pesquisa:

O presente estudo revela-se, quanto ao seu embasamento, como uma Pesquisa Teórica-empírica, pois além de apropriar-se das pesquisas bibliográficas, documental e eletrônica, o pesquisador vai a campo para coletar informações por meio de instrumentos de coleta de dados.

Quanto ao objetivo, tal pesquisa apresenta o caráter descritivo, pois se preocupa em observar os fatos, interpretá-los e registrá-los. Para tanto, utiliza-se de uma abordagem qualitativa para realização de um Estudo de Caso do agir profissional dos Extensionistas de Bem-estar Social, após a PNATER.

Sobre a utilidade e relevância dos estudos de caso, recorrem-se às definições apresentadas por Laville e Dionne (1999):

A denominação refere-se evidentemente ao estudo de um caso, talvez o de uma pessoa, mas também o de um grupo, de uma comunidade, de um meio, ou então fará referenda a um acontecimento especial, uma mudança política, um conflito. Tal investigação permitira inicialmente fornecer explicações no que tange diretamente ao caso considerado e elementos que lhe marcam o contexto (LAVILLE, DIONNE, 1999, p.155)

3.2 Objetos, atores e localidade do Estudo:

O objeto de estudo do presente projeto serão os extensionistas de bem-estar social lotados nas Regionais de Lavras e Alfenas da EMATER MG. Em contato com a Coordenadoria de Bem-estar Social do Estado, obteve-se a informação de que nas referidas regionais há 05 (cinco) extensionistas de BES, dispostos conforme quadro seguinte:

Ilustração 02: Quantidade/Localidade de Extensionistas de Bem-estar Social entrevistadas

| REGIONAIS DO SUL DE MINAS GERAIS | QUANTIDADE DE BES | LOCALIDADE DA BES | EMAIL DE CONTATO |
|---|--|--------------------------|------------------------------|
| Alfenas | 2 | Lambari | lambari@emater.mg.gov.br |
| | | Campanha | campanha@emater.mg.gov.br |
| Lavras | 3 | Coqueiral | coqueiral@emater.mg.gov.br |
| | | Campo Belo | campo.belo@emater.mg.gov.br |
| | | Bom Sucesso | bom.sucesso@emater.mg.gov.br |
| TOTAL: | 05 Extensionistas de Bem-estar Social | | |

Fonte: Pesquisa realizada pelo próprio autor

3.3 Coleta de dados:

Nas referidas localidades da EMATER, foram realizadas entrevistas semiestruturadas aos Extensionistas de Bem-estar Social, representando esta uma amostragem não probabilística por tipicidade, pois os elementos da amostra são intencionalmente escolhidos devido à função que exercem e ao fato de as regionais de Alfenas e Lavras serem as mais próximas da Universidade Federal de Lavras e, portanto, representam uma possibilidade de elucidação dos aspectos da realidade da EMATER. na região.

Ao explicar sobre amostragem não probabilística por tipicidade, Gil (2008) ressalta que esse modelo não permite a generalização dos resultados.

Também constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. A principal vantagem da amostragem por tipicidade está nos baixos custos de sua seleção. Entretanto, requer considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado. Quando esse conhecimento prévio não existe, torna-se necessária a formulação de hipóteses, o que pode comprometer a representatividade da amostra. Por exemplo, para escolher uma cidade típica, com vistas em um estudo sobre o país, o pesquisador deverá procurar uma cidade cuja distribuição de renda seja semelhante à do país como um todo, cujo nível de industrialização se aproxime do nível do país etc. O fato de ser uma cidade típica em relação a alguns aspectos não assegura que o seja em relação a outros. Daí por que a generalização a partir de uma amostra desse tipo pode ser bastante arriscada (GIL, 2008. p.94).

3.4 Análise de dados:

Para a interpretação das informações obtidas, será utilizada a análise de conteúdo, visando à classificação dos conteúdos, segundo as categorias de análise estabelecidas em consonância com os objetivos do trabalho.

Segundo Severino (2007), a análise de conteúdo propicia o reconhecimento de informações sob as diferentes linguagens:

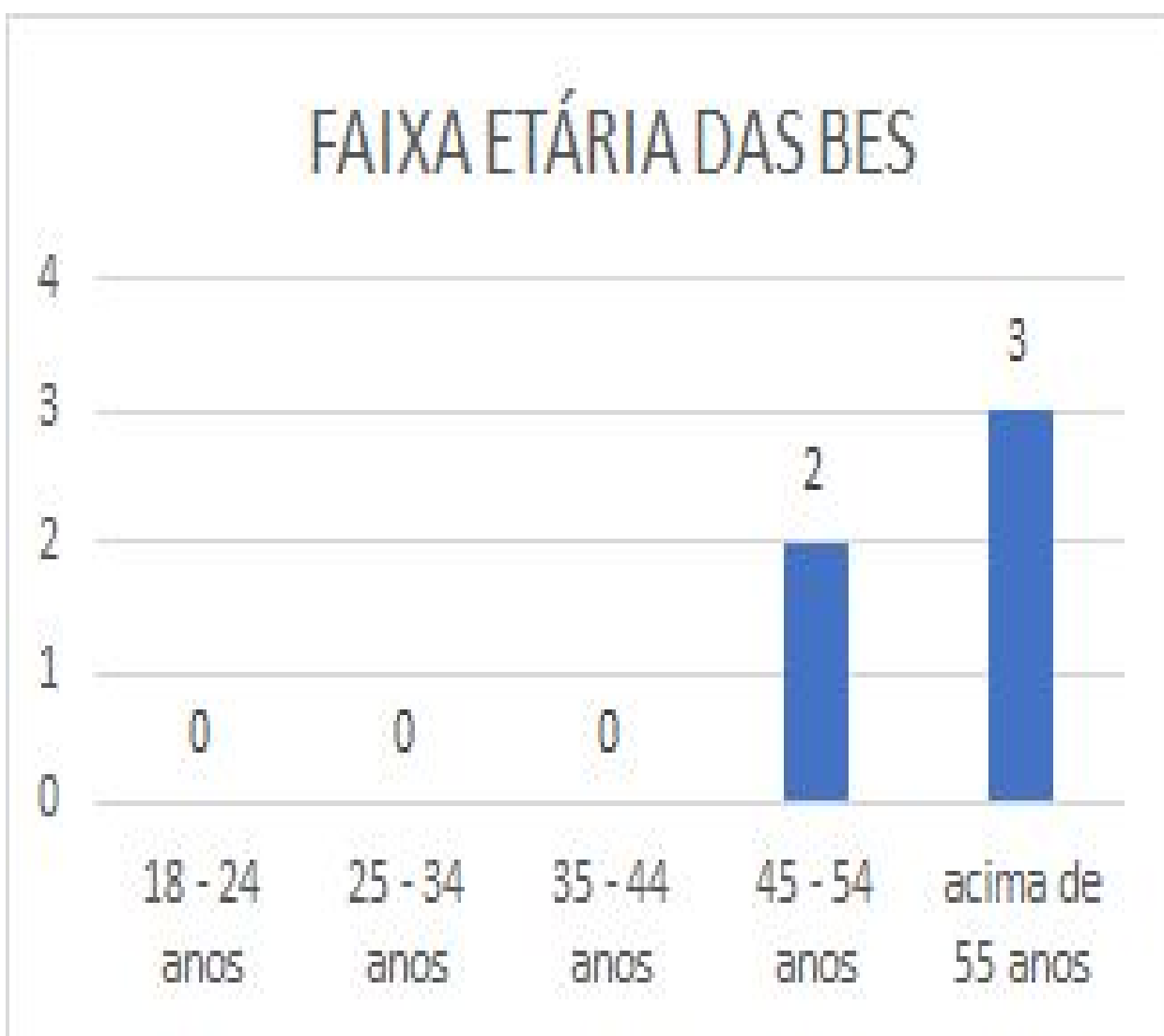
É uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações (SEVERINO, 2007, p.121).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil demográfico das Entrevistadas

Para compreender um pouco mais das Extensionistas de Bem-estar Social e obter informações que, de certo modo, podem influenciar em suas respostas, optou-se por estabelecer um perfil demográfico das entrevistadas, no qual se questionou faixa etária de idade, sexo, estado civil, formação acadêmica e religião, conforme gráficos apresentados, a seguir:

Ilustração 03: Faixa Etária de idade das BES



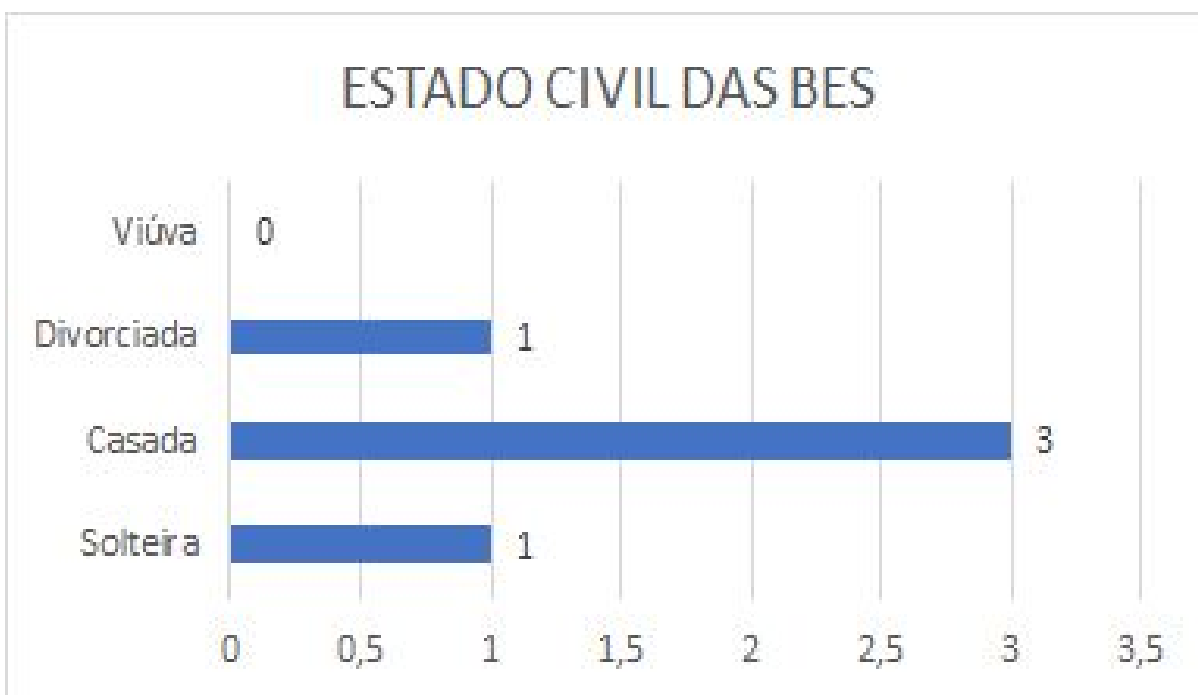
Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Ilustração 04: Sexo das BES



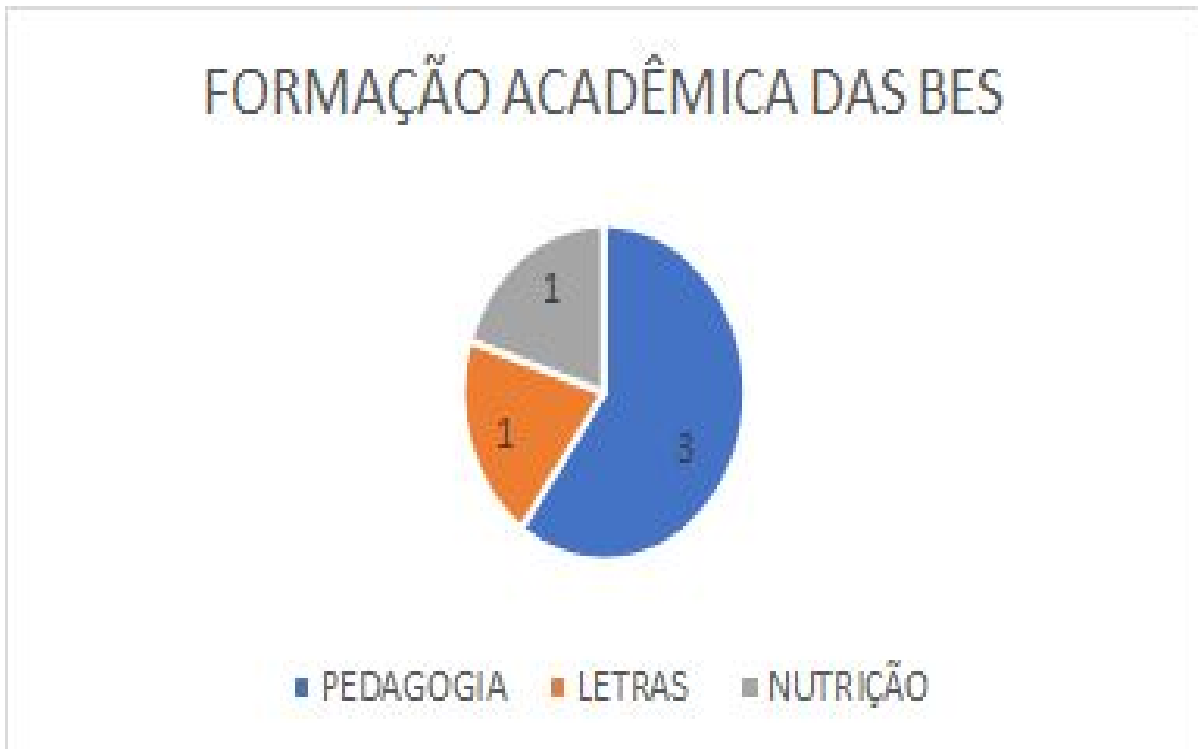
Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Ilustração 05: Estado Civil das BES



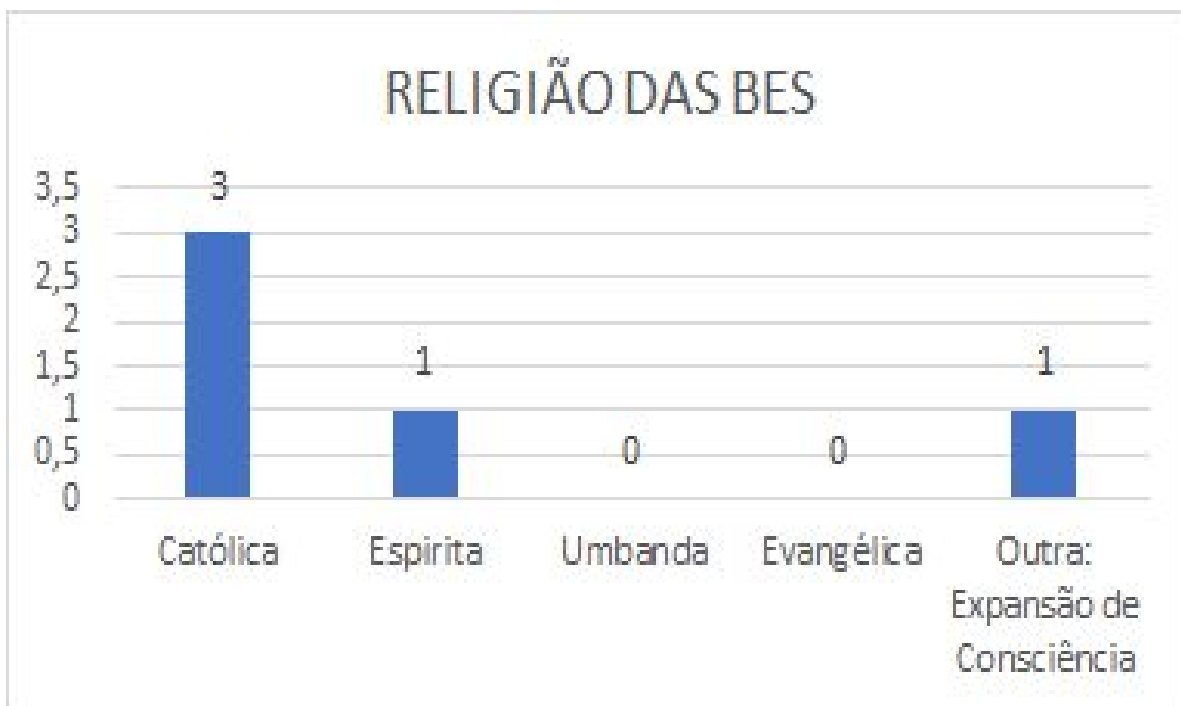
Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Ilustração 06: Primeira formação acadêmica das BES



Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Ilustração 07: Religião que as BES se identificam ou praticam.



Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Diante do perfil apresentado, cabe especial atenção ao fato das BES serem majoritariamente pedagogas, formação que tem como base os ensinamentos de Paulo Freire, dos quais se destaca para o tema em questão a obra: *Extensão ou Comunicação* (1971).

Outra questão para atentar-se é o fato da maioria das profissionais estarem acima dos 55 anos, com uma vasta experiência na instituição, assinalando que estas percorrem os caminhos da Extensão na função de Extensionistas de bem-estar social.

4.2 Perfil Profissional das entrevistadas

Para traçar o perfil profissional das extensionistas de bem-estar social, foram apresentadas características profissionais às entrevistadas e sugerido que fossem identificadas as que lhes caracterizassem. Para tanto, foram apresentadas características que corroboram o perfil estabelecido pela PNATER e outras antagônicas a estas. Segue evidenciado o perfil profissional das BES.

Ilustração 08: Perfil profissional das BES



Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

4.3 Resultados e discussão segundo os objetivos da pesquisa

Para apresentar os resultados de tal pesquisa e estabelecer uma discussão coerente com os seus objetivos, optou-se por dividir a entrevista realizada às extensionistas de bem-estar social em 5 etapas, cada qual ligada a um dos cinco objetivos específicos do presente trabalho.

4.3.1 Quanto ao papel da BES na EMATER

Na primeira etapa da pesquisa, discutiu-se sobre as funções realizadas pelas Extensionistas de bem-estar social, sobre o papel desempenhado junto ao público atendido pela EMATER e sobre a existência de mudanças no modo de intervir após a implantação da PNATER.

Ao serem questionadas quanto às funções exercidas, ou seja, o que se faz dentro da Instituição, estabeleceu-se como convergência nas respostas às seguintes atividades:

Alimentação e Nutrição:

- Educação Alimentar / Segurança Alimentar e Nutricional;
- Criação Domiciliar de Pequenos Animais: Aves para corte e postura;
- Formação e condução de hortas e pomares domiciliares;
- Saúde e saneamento rural;
- Processamento artesanal de produtos agropecuários.

Agroindústria:

- Apoio na regularização das agroindústrias;
- Boas práticas na fabricação e processamento da matéria-prima;
- Orientações na gestão;
- Elaboração de rotulagem e informações nutricionais;
- Comercialização dos produtos: individual, grupo informal, feira livre.

Associativismo:

- Associações Comunitárias: formação e legalização (documentação);
- Grupos Informais: venda de produtos para merenda escolar;
- Feira Livre;
- Mercado local;
- Gestão do empreendimento.

Políticas Públicas:

- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Programa Minas sem Fome;
- Habitação Rural;
- PRONAF.

A partir de tais constatações, questionou-se às BES sobre seu papel junto ao público atendido pela Instituição, obtendo-se como compilado de respostas a questão de ser o elo entre a família do agricultor familiar e os serviços de ATER.

Enquanto os técnicos da área econômica trabalham as questões de produção, comercialização, gestão da atividade agropecuária, a BES trabalha a família em sua totalidade. Além de buscar melhorias nutricionais, de higiene, de habitação, de saúde e

saneamento básico; o trabalho tem como principal foco contribuir para a geração de uma renda complementar, principalmente para as mulheres e jovens rurais, dando ênfase na melhoria de qualidade de vida da família, na independência econômica da mulher rural e na fixação do jovem no campo.

Finalizando essa etapa, indagou-se às extensionistas sobre a existência de mudanças no modo de intervir, após a implantação da PNATER, obtendo como primazia das respostas à questão que houveram mudanças sim, principalmente no que tange ao diálogo do extensionista com o agricultor familiar e ao incentivo de metodologias participativas e métodos agroecológicos/sustentáveis.

O foco do trabalho de ATER passou de individual para coletivo, contemplando todas as fases das atividades de produção (da produção à comercialização). Evidenciou-se também a criação das Políticas Públicas voltadas para o meio rural, com a divisão de responsabilidades entre as diversas entidades parceiras, objetivando a melhoria da renda familiar, a segurança alimentar, a diversificação da produção e o desenvolvimento rural sustentável.

No presente texto, ao se tratar de ‘nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural’, faz-se referência ao modelo de ATER instituído pela Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Contudo, ao apresentar algo como inovador, surgem questionamentos sobre quais as novidades e a motivação para essas mudanças, este é, portanto, o objetivo do tópico que se inicia.

A proposta da PNATER tem um forte conteúdo de mobilização e organização social, explicitados nas suas estratégias: privilegiar o uso de metodologias participativas; valorizar os distintos saberes (científico e popular); incorporar uma visão holística (que compreenda os processos socioeconômicos em sua relação com o ambiente); estimular dinâmicas de participação ativa das populações mediante diagnósticos e planejamentos em conjunto; estimular parcerias em todos os níveis; estimular formas associativas; respeitar as diferenças de gênero, de culturas, de grupos de interesses; buscar a inclusão social; tomar o agroecossistema como uma unidade básica de análise, planejamento e avaliação dos sistemas de produção agrícola; apoiar a implementação da Reforma Agrária e o fortalecimento da Agricultura Familiar. Os objetivos definidos também destacam o caráter social deste trabalho: a sustentabilidade, a estabilidade, a produtividade, a equidade e a qualidade de vida.

Nesse contexto, a PNATER apresenta-se como uma alternativa baseada no diálogo e na construção participativa de um novo modelo de ATER.

Propondo-se romper com as práticas difusionistas, reducionistas, entrópicas e hierárquicas, baseadas em propostas desenvolvimentistas e voltadas para um viés econômico, a nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) pretensamente aponta para um modelo de participação e democratização para a Assistência Técnica e Extensão Rural, propondo novas metodologias e ações mais compatíveis com o modo de vida, de trabalho e de produção da agricultura, especialmente àquela de caráter familiar, baseada na troca de saberes entre o conhecimento científico e popular e o uso de práticas rurais sustentáveis, orientadas pelos princípios da Agroecologia (LUSA, 2013,p.121)

Contudo, vale ressaltar que se constatou como divergência nas respostas, o fato de, para algumas das entrevistadas, a PNATER se apresentar após anos de profissão e não representar grandes mudanças: “Já estávamos aqui há algum tempo e chegou estas orientações”. Divergiram também as constatações de que houveram mudanças não pela implantação da PNATER, mas sim pela mudança no perfil do rural (tradições, organização, interesses, produção) que conseqüentemente afetou o modo como os serviços seriam ofertados pela EMATER.

Essa divergência em muito se dá devido ao fato da PNATER surgir da análise crítica das conseqüências da Revolução Verde e de um modelo difusionista que, por um longo período, apresentou-se como referência para a ação extensionista.

Essa nova orientação opõe-se à prática histórica da Extensão Rural que, desde longa data, esteve baseada na teoria da difusão de inovações, o que levou os extensionistas a voltar sua atuação para a transferência de tecnologia, tendo como objetivo a “modernização conservadora” da agricultura. Nesse processo, os agricultores eram vistos como meros depositários de conhecimentos e de pacotes gerados pela pesquisa, na maioria das vezes inadequados para as condições específicas de suas explorações e dos agroecossistemas por eles manejados (CAPORAL, RAMOS, 2006, p.3).

4.3.2 Quanto à consonância das intervenções da BES com as premissas da PNATER

Nas questões apresentadas nesta etapa, objetivou-se a discussão sobre o agir profissional das extensionistas contemplar as perspectivas estabelecidas na PNATER: dialética, articuladora e construtivista.

Num primeiro momento, indagou-se sobre qual postura a BES deve atuar: numa dimensão intervencionistas/tecnicistas ou dialética/ construtivista. Obteve-se como totalidade das respostas o fato da BES basear seu trabalho numa concepção dialética/ construtivista, em que a evolução é de ambos os lados, você aprende e ensina. (Ex: A oferta de remédios

naturais pelos agricultores para melhorar a queda de cabelo da BES) ou seja, há troca de saberes.

O agir do BES deve adotar uma postura dialética/construtivista, na qual ele passa a “enxergar” o agricultor familiar como um ser que se constrói, e este é levado a encontrar as respostas para seus problemas e/ou potencialidades a partir de seus próprios conhecimentos, de sua interação com a realidade local e a de seus companheiros. Essa postura vê o agricultor como um ser ativo e de relações, pois o conhecimento não é “transferido” ou “depositado” pelo extensionista, mas, sim, construído na sua relação com outros e com a comunidade trabalhada.

Nesse sentido, contrário ao sistema difusionista, busca-se referência em modelos construtivistas, no qual um olhar sistêmico é base para a construção de novos conhecimentos.

Ao contrário, a nova Ater vai buscar seu modelo teórico-pedagógico no construtivismo, cujo ponto central é a premissa de que o homem-agricultor possui um acúmulo de conhecimentos históricos, culturais, individuais ou coletivos que fazem com que ele esteja inserido no mundo do saber. Esses conhecimentos precisam ser valorizados e incorporados como elementos fundamentais de uma estratégia de desenvolvimento rural, o que é quase impossível conseguir utilizando-se os métodos persuasivos da tradição extensionista. Assim sendo, as entidades de Ater, ao invés de continuarem insistindo nos uso dos métodos tradicionais de Extensão Rural, deveriam capacitar-se para o uso de ferramentas e técnicas participativas que permitam a reflexão, a compreensão da realidade e a busca de soluções compatíveis com o universo dos diferentes grupos de agricultores familiares e dos agroecossistemas que estão sendo por eles manejados (CAPORAL, RAMOS, 2006, p.12).

A segunda questão trabalhada nessa etapa foi sobre como se dá o diálogo entre a BES e o público atendido pela EMATER, obtendo como convergência de respostas a questão em que o diálogo se dá de forma horizontal, baseado na confiança das relações estabelecidas e na qualidade dos serviços de orientação e esclarecimento.

O diálogo entre o Extensionista de BES e o público atendido pela EMATER deve estar articulado com os técnicos da área econômica, trabalhando a família como um todo e sempre buscando a utilização de metodologias participativas. Mediante um diálogo aberto e natural, é possível conhecer a realidade da família em questão e, a partir daí, traçar o plano de trabalho a ser executado com eles.

Assim, o extensionista deve aproximar-se do agricultor familiar e de seu contexto, de forma a respeitar os aspectos históricos e as realidades de vida apresentadas, identificando-se como um facilitador e não como o sujeito detentor do conhecimento a ser difundido.

Nele, o diálogo e a participação entre a população do campo e a equipe ATER devem estar presentes desde a formação dos extensionistas, cortando a distância que ainda existe entre ambos, aproximando seus conhecimentos e possibilitando o reconhecimento efetivo das demandas do público atendido pela política, bem como o encaminhamento de sua resolução. Essa dinâmica é válida para todas as profissões envolvidas nas equipes de ATER, as quais ainda têm como principal desafio superar a carência de ações multidisciplinares (LUSA, 2013, p. 121)

A terceira pergunta trabalhada foi sobre as técnicas e estratégias utilizadas para que o BES conheça a realidade do público a ser atendido, obtendo-se como convergência de respostas a questão de que cabe ao técnico, analisando o público, os objetivos, os recursos disponíveis, o tipo de mensagem e os métodos, decidir pela melhor ou mais adequada metodologia a ser utilizada. Para isso, existe uma significativa diversidade de métodos. E existem meios de comunicação que permitem a concretização dos resultados da forma mais rápida e eficaz. Seguem os métodos e técnicas adotadas:

Visitas Domiciliares: é um método importante da extensão, que fornece um meio de comunicação pessoal entre a família rural e o extensionista, em um ambiente onde eles podem discutir assuntos e trocar informações em privacidade, sem distrações e interrupções. A visita envolve uma ação planejada, visando à execução da programação do trabalho de ATER.

Contato: é um método não planejado, que ocorre em situações imprevistas e em diferentes locais, seja na sede, no escritório ou no campo, em que o técnico troca informações e esclarecimentos com o público relacionado ao trabalho de ATER. O público atingido nos contatos é bastante diversificado, e pode ser formado de pessoas ligadas diretamente, ou indiretamente, ao plano de trabalho.

Entrevista: é um método realizado no escritório, sede e campo, em que o extensionista tem como objetivo conhecer situações e fatos, identificar problemas, e avaliar o trabalho. Deve ser planejada com todo o cuidado e bem conduzida.

Entrevista Semiestruturada: trata-se de uma entrevista que é guiada por 10 a 15 perguntas-chave determinadas previamente. Essa ferramenta facilita um ambiente aberto de diálogo e permite que a pessoa entrevistada se expresse livremente, sem as limitações criadas

por um questionamento. A entrevista semiestruturada pode ser realizada com pessoas líderes ou de prestígio nas localidades.

Reuniões: é um método de trabalho planejado, realizado junto a um público que possui interesses e objetivos comuns. Tem a finalidade de introduzir ou melhorar técnicas; transmitir informações a um grande número de pessoas ao mesmo tempo; planejar o trabalho; proporcionar troca de conhecimento e experiências; promover a organização comunitária; e/ou motivar o público a ser trabalhado.

Palestra: é um método em que o orador disserta sobre um assunto cuidadosamente elaborado e previamente determinado, perante um grupo de pessoas. A palestra é utilizada para apresentar informações, de modo a esclarecer pontos de controvérsia, informar e analisar fatos, explorar facetas de um problema.

Há que se analisar as possibilidades e mudanças ocorridas no rural que, de certa forma, influenciam no modo como há de se utilizar essas técnicas e estratégias, por exemplo, no fato citado por uma das extensionistas: “ há 32 anos atrás usava-se álbuns seriados, levando energia que não tinha na roça, e hoje se usa o Datashow”.

A missão essencial da instituição de extensão rural é criar situações dentro das quais as pessoas se desenvolvam educacionalmente e como cidadãos. Esse desenvolvimento é um processo ativo por parte de quem é beneficiário. Assim, é fundamental que o público atendido se interesse pelo que está em pauta, colocando sua força mental, esforço físico e envolvimento.

Há que se preocupar, portanto, com o processo de formação dos agentes de ATER, para que estejam aptos a serem facilitadores e articuladores desse novo modo de fazer extensão rural. Identifica-se a necessidade de um novo profissionalismo:

Um “novo profissionalismo”, ademais, requer que se reconheça que nem sempre o que pensamos e estabelecemos como necessidades dos indivíduos e grupos assistidos corresponde às necessidades sentidas por eles mesmos, de modo que o agente deveria estar, cotidianamente, buscando identificar os valores próprios dos beneficiários. Por outro lado, estabelecer um “novo profissionalismo” exige que, ao contrário do enfoque reducionista e cartesiano da formação profissional convencional, se adote uma formação mais multidisciplinar ou, pelo menos, se ampliem aspectos formativos que levem a uma maior capacidade de dialogar com outras profissões e interagir com outras disciplinas. Como destacam diversos autores, esse “novo profissionalismo” é um grande desafio e requer uma ampla ação de capacitação e reciclagem de agentes de extensão rural que já estejam em serviço.

Em qualquer caso, saliente-se que não se menospreza o papel dos especialistas, que devem integrar-se aos processos (CAPORAL, 2003, p.13).

As pessoas aprendem, se conscientizam e descobrem melhor seu próprio caminho por diferentes modos: alguns ouvindo, alguns vendo, alguns fazendo e outros por meio da discussão. Diferentes métodos de ensino e extensão são mais efetivos em determinadas situações, em diferentes estágios do processo de desenvolvimento, tais como diagnóstico, priorização, planejamento, execução, adoção ou avaliação. Além do mais, cabe ressaltar, que as pessoas não aprendem na mesma velocidade. É provável que alguns agricultores estejam em determinado estágio de experimentação de uma nova prática e querendo conhecer os detalhes de como fazer, enquanto outros estão apenas inicialmente interessados. Por essas razões, em determinadas situações, o uso de uma variedade de métodos e técnicas são mais efetivos que outros.

Na quarta questão deste tópico, indagou-se às extensionistas sobre a articulação da BES com outros serviços e/ou políticas para viabilizar benefícios e/ou direitos aos atendidos pela EMATER e se obteve como maioria das respostas a questão de que, nas localidades entrevistadas, o BES articula-se com as políticas públicas existentes nos municípios, com o SENAR para capacitações, com a prefeitura para acesso a serviços públicos, com os sindicatos, bancos e com as escolas para viabilização do PNAE para as famílias rurais.

Pode-se afirmar que, a Extensionista de BES na EMATER não somente poderá trabalhar articulando as várias políticas públicas, mas também poderá planejar, executar e avaliar as políticas que são geridas pelas instituições de ATER. A respeito de políticas e programas adotados pela EMATER, pode-se afirmar que, dentre os convênios que são desenvolvidos por esta, estão: Mulheres Rurais; Produção Agroecológica Integrada e Sustentável ; Agricultura Urbana e Periurbana Programa de Minas Sem Fome, Programa Minha Casa, Minha Vida Rural, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, modalidade Compra Direta e Doação Simultânea, O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, este é um dos mais interessantes programas e mais eficientes, visto que ele não apenas disponibiliza um novo mercado para escoamento dos alimentos da agricultura familiar, como também aproxima rural e urbano, que são beneficiários de tal programa. Contudo, há que se considerar que isso somente se realizará, se o programa for apoiado pelo município e gerido

por uma equipe interdisciplinar, a qual, além de assistir os/as agricultores/as familiares cadastrados/as e os beneficiários/as, envolva todos/as em um processo participativo.

Dentre as contribuições dos projetos de Bem-estar Social, cabe especial atenção aos processos de articulação com outras políticas para viabilização de direitos, uma vez que identifica-se, nos objetivos da EMATER, a perspectiva do agir profissional visar também ao fortalecimento da cidadania, por meio do qual haverá a democratização das decisões e o controle social sobre as políticas que atendem a população rural. Nesse sentido, infere-se como responsabilidade da ATER:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria de qualidade de vida da sociedade (BRASIL, 2010, p. 3).

Diante disso, assegura-se que a atuação do Extensionista de BES na EMATER é muito mais ampla do que se imagina e que esse profissional poderá contribuir para realização de atividades interdisciplinares, assim como estimular o processo de participação dos trabalhadores rurais por meio do Controle Social.

4.3.3 Quanto ao uso de Metodologias Educativas e Participativas.

Neste tópico, discutiu-se sobre o uso de Metodologias Educativas e Participativas, abordada na primeira questão as potencialidades do uso dessas metodologias, obtendo-se como potencialidades a questão de tornar o agricultor um protagonista do desenvolvimento rural sustentável, propiciar a autonomia e a corresponsabilidade no exercício dos trabalhos, aproximar da realidade local sensibilizando a comunidade e oportunizar a discussão, formulação e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento rural.

A utilização das metodologias participativas constitui em um importante instrumento para o levantamento de dados e informações, propiciando aos extensionistas um melhor conhecimento das comunidades rurais atendidas.

O uso dessas ferramentas pode contribuir para o extensionista conhecer melhor a comunidade em que irá trabalhar, auxiliando na identificação dos problemas, das potencialidades e dos caminhos para resolver as questões. Além disso, essa forma de atuação permite que os envolvidos nesse processo tenham um papel importante no direcionamento de

suas demandas. Nessa perspectiva, é possível afirmar que o uso dessas ferramentas pode ser encarado como uma forma de romper com a ideia tradicional de se trabalhar a Extensão Rural.

Assim, admite-se que o agir profissional após a PNATER exige das Instituições e dos agentes de ATER uma nova perspectiva de intervenção, na qual o viés participativo é fundamental.

Atuar, nessa nova perspectiva, requer das entidades, de seus diretores, de seus gerentes e de seus agentes uma nova postura de trabalho, um novo papel e um novo perfil, além de uma atuação baseada em métodos e técnicas que estimulem a participação. Uma nova Ater precisa ser, verdadeiramente, uma ação educativa, democrática e participativa (CAPORAL, RAMOS, 2006, p.1)

Na segunda questão, foram abordados os desafios enfrentados pelas BES na utilização de metodologias participativas, e foi apontado por elas que os principais desafios são a desconfiança em métodos construídos por eles mesmos, a efetivação da participação dos agricultores familiares, o empenho em se corresponsabilizar pelos resultados obtidos, a sensibilização da comunidade e a adequação das intervenções nas diferentes realidades locais.

Um dos principais desafios que os técnicos que trabalham com extensão rural enfrentam está relacionado, principalmente, com as diferenças existentes entre a aplicação de uma intervenção e a realidade local, já que ela pode apresentar outras demandas não enunciadas em tal intervenção, ou ainda, que possam melhorar a adoção de novas técnicas.

Nesse sentido, as mudanças que os extensionistas propõem se deparam, muitas vezes, com uma realidade social distinta, ou seja, lidam, na prática cotidiana, com uma variedade de costumes, de saberes e valores adquiridos por uma determinada comunidade ou grupo. Por isso, um dos principais desafios de um BES que se propõe a trabalhar a participação é a disponibilidade para ouvir a comunidade antes de falar, assim como a paciência para compreender as questões levantadas.

Esse espaço de discussão é importante que seja construído de forma conjunta. Assim, é necessário que o extensionista e outros mediadores tenham como norte a necessidade de compreensão das comunidades com as quais trabalham. O Extensionista precisa estar atento na construção das relações sociais desses trabalhos coletivos para que nenhuma sugestão seja descartada durante o trabalho. Para tanto, é necessário avaliá-la por meio de questionamentos

do tipo: Como isso pode ser feito? Quem se responsabilizará? O que o grupo acha? Sempre buscando um caráter educativo, pois um dos principais papéis dos extensionistas é o de mediar, sistematizar, organizar ideias e apresentar resultados, lembrando sempre que é a comunidade reunida que será, por fim, o filtro das decisões.

Dentre as diretrizes da PNATER está a questão apoiar ações voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais.

Com efeito, com a efetivação desta política espera-se que diminuam os índices de miséria no espaço rural, aumentando a qualidade de vida da população e diminuindo a quantidade de migração dessa população para o espaço urbano, o que geralmente é motivado pela busca de emprego para sobreviver. Neste sentido, a nova configuração da PNATER prevê a execução de programas de incentivo para os jovens desenvolverem técnicas para melhorarem a produção na agricultura, com intuito de possibilitar sua permanência em seu local de origem, colaborando para o desenvolvimento destes espaços (LUSA, 2013, p.123).

Na terceira pergunta, indagou-se sobre como o público atendido pela EMATER recebe o uso de Metodologias Participativas, e foi indicado, na maioria das respostas, certa desconfiança e/ ou receio para com esses métodos, contudo a relação estabelecida entre as BES e os agricultores favorece para o desenvolvimento dos processos e, no final, ficam surpresos com os resultados obtidos.

Inicialmente, o uso de metodologias participativas é recebido de forma tímida, até mesmo desacreditada e apática. Não se participa ativamente com respostas para as questões levantadas. Diante disso, torna-se papel do extensionista em se responsabilizar pela animação e condução do trabalho nas reuniões, garantindo que todos os membros participem, falem de seus problemas e/ou potencialidades, das causas, consequências e das possíveis soluções.

Como os resultados da aplicação de uma metodologia participativa não aparecem de imediato, é preciso paciência por parte do extensionista. Mas, com o decorrer do tempo, os agricultores passam a conhecer a realidade de sua comunidade e quais são os entraves para a melhoria desse local.

Para finalizar este tópico, questionou-se às BES sobre a utilização da Metodologia Participativa de Extensão Rural (MEXPAR), bem como sobre os pontos positivos e negativos desta metodologia. Todas as BES relataram utilizar da MEXPAR e apontaram as seguintes questões:

Pontos Positivos:

. Propicia a troca de experiências, ideias e conhecimentos entre agentes mobilizadores,

técnicos e comunidades, em um clima de participação e respeito mútuo, visando perceber que os indivíduos não são apenas consumidores de conhecimentos, mas também produtores.

. Muda as atitudes tradicionais características de alguns técnicos, de dominadora para construtiva, de fechada para aberta, de individual para grupal e de verbal para visual.

. Estabelece um grau de divisão e coordenação de tarefas, de modo que o grupo todo tenha conhecimento das ações e possa tomar decisões.

. Faz com que a comunidade seja parte integrante das soluções, ou seja, planeja quem executa, executa quem planeja.

. Incentiva a conscientização, o senso de responsabilidade e a valorização dos conhecimentos e da cultura local.

. Utiliza técnicas de dinâmicas de grupo, buscando estabelecer a comunicação e a cooperação para descobrir a realidade, levantar e priorizar os problemas e formular ações conjuntas.

Pontos Negativos:

. Interesses pessoais e políticos dos agentes envolvidos nos processos, que acabam comprometendo o trabalho.

. Falta de compromisso da comunidade. Se ela não se sentir envolvida com as próprias soluções de seus problemas, não participa das ações planejadas.

. Visão, por parte dos técnicos que todas as comunidades são iguais, pensam iguais e agem iguais.

. A comunidade só se reúne, à noite. Se a extensionista quer uma maior participação, as atividades têm que acontecer no período noturno.

Caso esteja em consonância com a disposição e habilidade dos profissionais em utilizá-la, admite-se a MEXPAR como um compêndio de técnicas e metodologias que contribuem para a realização de trabalhos juntos aos agricultores familiares e comunidades rurais, propiciando o conhecimento de realidades locais e o reconhecimento das potencialidades, por meio de técnicas como Diagnósticos Rápido Participativo (DRP), Unidade Demonstrativas de fossas por exemplo e Reunião Problematizadora.

Como aspectos positivos identifica-se o envolvimento da comunidade e das pessoas para a resolução de questões que envolvem o desenvolvimento rural e como aspectos negativos infere-se à resistência das pessoas às novidades, ou à saída da zona de conforto para mudanças na realidade local.

4.3.4 Quanto aos desafios enfrentados pelas BES no exercício da função

Nesta etapa, foram realizados questionamentos que pudessem esclarecer quanto aos desafios profissionais das BES, limitações institucionais e sobre a relação das extensionistas de bem-estar social com os demais servidores da EMATER.

Inicialmente, questionou-se sobre as limitações institucionais para que as profissionais desempenhem sua função, obtendo-se como respostas às limitações de ordem financeira que geram empecilhos quanto ao uso, abastecimento e manutenção de veículos; bem como para capacitação e/ou reciclagem dos extensionistas. Outra questão levantada foi sobre as limitações de ordem estrutural, pois as extensionistas trabalham com políticas públicas, e estas encontram-se retraídas devido à diminuição de recursos advinda de crises econômicas.

Identificou-se que a EMATER-MG tem passado por diversos tipos de problemas para o desempenho das ações de ATER, causados principalmente pela crise econômica que atravessa Minas Gerais e o País como um todo. Nesse novo cenário, as atividades do Extensionista de BES também foram afetadas, pois se trabalha com Políticas Públicas que encontram-se retraídas como: Programa Minas Sem Fome; Minha Casa Minha Vida (Rural); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/CONAB); Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE); Feiras Livres, etc.

Para enfrentamento das desigualdades sociais manifestadas nos meios rural e urbano, são necessárias políticas públicas que interfiram nas realidades apresentadas e, segundo (KHAN; SILVA, 2007, p. 1038), no Brasil, foram desenvolvidas políticas visando minorar os problemas sociais e possibilitar melhores condições de vida para a população de menor poder aquisitivo, bem como contribuir para a sustentabilidade da agricultura familiar.

Porém, há controvérsias acerca da efetividade das políticas que atendem os sujeitos e as famílias residentes nas áreas rurais.

As propostas dos demais entes sociais que visam a garantia da cidadania e concretização dos direitos fundamentais desses trabalhadores, como o incentivo à agricultura familiar, uma política de reforma agrária séria e prioritária, escolarização no campo etc., parecem não alcançar os projetos oficiais; entretanto, têm exemplos concretos de que políticas públicas são necessárias para a promoção da igualdade social (KOKOL E MISAILIDIS, 2013, p.173).

Infere-se que a falta de recursos financeiros para o desenvolvimento dos trabalhos, impele ações restritas às ações de assistência técnica domiciliar individual e na continuidade de programas iniciados em anos anteriores.

Num segundo momento, foram trabalhados os pontos positivos e negativos do trabalho das BES com os outros extensionistas e demais funcionários, e foram apontadas algumas questões. Como aspecto positivo, ressalta-se a parceria em algumas equipes e as potencialidades do bom funcionamento da “dupla de extensionistas”, contudo como aspecto negativo, relataram que nem todos compreendem o serviço executado pela BES, uma vez que a maioria dos funcionários são agrônomos e com uma visão direcionada para a entrega de pacotes tecnológicos de produção e não para o reconhecimento das realidades e potencialidades das famílias e comunidades rurais.

Vale ressaltar que cada escritório local é uma realidade e a convivência da equipe também, o que torna necessário, para a efetivação de bons resultados, que os técnicos agropecuários participem no desenvolvimento das ações junto às famílias rurais, e as BES colaborem também nas atividades de ATER, principalmente no desenvolvimento de metodologias participativas.

Ainda sob essa perspectiva, trabalhou-se, na terceira questão desta etapa, o reconhecimento da função da BES pelos demais funcionários e pelo público atendido, e foi relatado que, em sua maioria, o trabalho é reconhecido pelo público atendido e pelos funcionários da EMATER e, mesmo quando há questionamentos, após o esclarecimento das situações as pessoas compreendem e se apresentam dispostas a cooperar para a evolução dos projetos e o alcance das propostas do trabalho.

Quando questionadas se a EMATER propicia estrutura para o desempenho da função de Extensionista de BES, obteve-se como convergência de respostas a questão que, apesar da atual crise financeira, a instituição propicia a estrutura necessária e ainda se têm recursos, mesmo que reduzidos, para o desenvolvimento das atividades. Relataram que este é o momento ideal para o desenvolvimento de metodologias participativas, para o trabalho com o coletivo, pois atende-se um maior número de pessoas com menos gastos financeiros.

Finalizando esta etapa, indagou-se às profissionais sobre o quantitativo de BES na Instituição, diante das demandas apresentadas nas localidades da EMATER, e foi por

unanimidade reconhecida a necessidade de mais BES na Região e no Estado, uma vez que o número se encontra reduzido ao ser comparado com épocas anteriores. Segundo as BES, as vagas no último concurso foram limitadas, limitando-se a cobrir os lugares de aposentadas.

4.3.5 Quanto à contribuição da formação acadêmica das BES para o alcance dos objetivos da PNATER

No presente tópico, objetiva-se discutir sobre a influência da formação profissional na ação extensionista, uma vez que, para ocupar esse emprego público na EMATER MG, faz-se necessário formação profissional em áreas como as de Serviço Social, Ciências Sociais, Economia Doméstica e Pedagogia. Vale ressaltar que a PNATER apresenta como um de seus objetivos a adoção de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos.

Na primeira questão, indagou-se às extensionistas de bem-estar social sobre o modo como a formação acadêmica exigida para a função de BES pode contribuir para o alcance dos objetivos institucionais da EMATER. Foi apresentado que essas diferentes áreas de formação propiciam competências para que a BES desempenhe sua função que apresenta caráter investigativo e interventivo e atua de forma a identificar demandas das comunidades atendidas com o objetivo de propiciar aos beneficiários o acesso aos direitos sociais básicos, como saúde, educação e assistência social, estabelecendo parcerias com órgãos governamentais e não governamentais.

O objetivo da BES na extensão rural é de propor, estimular e apoiar ações que visem à organização e ao desenvolvimento econômico e social das comunidades. Sua formação profissional pode ser Pedagogo, Assistente Social e Nutricionista, e todos esses profissionais, em sua formação acadêmica, são capacitados para atuarem nas áreas de competência da EMATER.

Acerca dos demais extensionistas compreenderem os saberes e a motivação da inclusão do BES no quadro de funcionários da EMATER, nos foi relatado que há o reconhecimento da necessidade desse profissional para efetivação das metodologias participativas e para o atendimento da família rural, não se limitando a prestação dos serviços de ATER, mas buscando a efetivação do desenvolvimento rural, do empoderamento das mulheres rurais e da fixação do jovem no campo.

Na terceira questão desta etapa, trabalhou-se o fato da formação acadêmica das BES

favorecer ou não para a articulação da EMATER com outras políticas, e foi informado que, devido a uma formação mais generalista, a BES possui conhecimentos que auxiliam na viabilização do acesso a serviços e políticas públicas.

Desse modo, articular-se para viabilizar direitos representa a busca por melhorias da qualidade de vida da população rural e baseia-se na realização de mediações que possibilitam aos agricultores familiares, o acesso às políticas públicas em geral.

As ações com intencionalidade de fortalecimento e desenvolvimento dos povoados e das populações do campo assumem também a intencionalidade de diminuir e eliminar a miséria e o abandono do campo, aumentando a qualidade de vida. Esta última é explicitada no objetivo da PNATER de “aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção” (BRASIL, 2010), a fim de extinguir a histórica ‘não rentabilidade’ da agricultura familiar, ocasionada pelo próprio modelo capitalista (LUSA, 2013, p.124).

A extensão rural é mais um espaço ocupacional onde está inserido o trabalho social e, como acontece em outros âmbitos, também no rural o BES encontra limitações e contradições estruturais que restringem seu fazer profissional. Nesse contexto, se configura a atuação do BES como um profissional que é direcionado para promover a autonomia do indivíduo e a sua participação política.

Quando questionadas sobre a função do BES contribuir ou não para a superação de um modelo tecnicista de extensão, todas relataram que a função da BES é imprescindível para a construção de um olhar sobre o rural que reconheça as potencialidades e realidades locais, desde que não se tenha uma visão fechada de extensão: “É PRECISO TRABALHAR DE PORTEIRA ABERTA”.

Nos dias atuais, o trabalho dos profissionais da EMATER demanda capacidade para aportar informações, conhecimentos sobre metodologias de trabalhos de grupos, formação de lideranças, planejamentos participativos, assim como leitura e compreensão dos interesses em jogo, bem como dos conflitos potenciais, inerentes em qualquer processo de organização social.

Esse deve ser um objetivo permanente da Extensão Rural: por meio de todas as suas ações, fortalecer os sujeitos sociais para que, num processo de empoderamento, seja promovida a cidadania de todos. Ganham destaque nesse tema os trabalhos voltados para as políticas de combate às desigualdades de gênero e de inclusão das mulheres rurais como protagonistas das políticas de desenvolvimento rural; o atendimento a públicos diferenciados (como jovens e idosos) e também a públicos não tradicionais da extensão rural, como indígenas, pescadores, quilombolas, historicamente excluídos dessas políticas e do exercício

da cidadania.

Talvez, o desafio maior seja a desconstrução de um "jeito" de olhar para o rural, e reaprender, na relação com os diferentes públicos, a construir um tecido social mais democrático e equitativo: que contemple as diferenças de gênero, de geração, de inserção social, de interesses, de pontos de vista, e que parta das experiências já acumuladas por todos. Os homens e mulheres profissionais da extensão rural têm muito a contribuir com seus conhecimentos, sensibilidades, dedicação, na construção desse outro desenvolvimento, desde que, estrategicamente, sejam capazes de perceber que esse caminho é muito mais complexo do que a simples mudança de um modelo tecnológico.

Finalizando as entrevistas, questionou-se sobre como as BES podem contribuir para o desenvolvimento sustentável e para o fortalecimento da agricultura familiar, e obteve-se como convergência de respostas a questão de que o trabalho do Bem-estar Social busca reconhecer o agricultor familiar em sua totalidade, reconhecendo sua família e as potencialidades locais, buscando fixar o Agricultor Familiar no campo para melhorar a qualidade de vida das famílias, orientar na agregação de valor dos produtos oriundos da zona rural e buscar soluções de forma agroecológica e sustentável, propiciando de fato o desenvolvimento rural.

No que tange à discussão sobre o desenvolvimento rural sustentável, apreende-se que, apesar de um importante aumento na produtividade, o modelo agrícola de desenvolvimento ocasionou o acirramento das questões sociais manifestadas no meio rural, dentre os quais, destaca-se o uso intensivo e degradativo do solo, a redução da biodiversidade, o êxodo rural, o aumento da concentração fundiária e contaminação de solos e alimentos (OLIVEIRA; JAIME, 2016, p.1109).

O desenvolvimento sustentável é tema importante na sociedade internacional globalizada. Deve ocorrer a partir da conscientização, por parte dos povos e dos Estados, no sentido de que a existência de um meio ambiente equilibrado é um direito fundamental de todos e que se trata da efetividade dos direitos do cidadão. Em uma sociedade democrática, o Estado deve, mesmo que de forma soberana, explorar o meio ambiente racionalmente, evitando a degradação. Falar em Desenvolvimento Sustentável significa falar em prática de ações que se reproduzam no tempo, não podendo, assim, esgotar as bases materiais sobre as quais ocorrem. Não significa, portanto, apenas a manutenção de estoques de recursos naturais para as gerações vindouras, mas a criação de um modo de vida sustentável, que possa ser legado às gerações futuras, em que não haja exclusão social e em que exista um patamar mínimo de igualdade, gerando ações e projetos voltados para a educação, saúde, emprego, habitação, etc (BULZICO; GOMES, 2010, p.1)

O trabalho do Extensionista de BES visa desenvolver a comunidade por meio de uma produção agrícola familiar sustentável, alavancando a sua renda, com a utilização de ferramentas administrativas com foco na gestão ambiental, social e econômica. Contribuindo

de forma integrativa com as famílias, a fim de fortalecer seus vínculos, assim como promover o empreendedorismo, impactando socioeconomicamente a comunidade.

Dentre as várias possibilidades de ações do Extensionista de BES, destacamos aquelas que estão mais diretamente relacionadas com a Missão Institucional da EMATER: educação alimentar (construção coletiva de um conceito de alimentação saudável e ambientalmente correta, ações de combate ao desperdício e de estímulo ao aproveitamento máximo dos alimentos); ações que visem ao acesso da população à alimentação (melhoria das feiras, merenda escolar e mercado institucional, estímulo à produção para autoconsumo, resgate da biodiversidade alimentar); ações para a garantia da qualidade dos alimentos (dos pontos de vista econômico, sanitário, nutricional); além da questão da participação em fóruns e instâncias públicas sobre o tema, como exercício pleno da cidadania.

CONCLUSÃO

Para estabelecer as considerações finais sobre o presente trabalho, optou-se por apontar as inferências tanto da pesquisa de campo, quanto das questões apreendidas por meio do referencial teórico. Vale ressaltar que os subsídios teóricos possibilitam o entendimento e a fundamentação das situações evidenciadas na prática, possibilitando, portanto, a análise das convergências e divergências de tais estudos.

Quanto aos aspectos conclusivos do referencial teórico, infere-se que a extensão rural, em seu caminho histórico, sofreu com as intervenções governamentais vigentes e sua respectiva visão de mundo, transitando pelo humanismo acrítico, pelo desenvolvimentismo produtivista alheio às singularidades e pelo humanismo crítico antagônico à ordem capitalista.

Ao percorrer o caminho da institucionalização da extensão rural até a criação da PNATER, evidenciam-se lutas políticas que modificaram no tempo a visão sob o rural, cabendo especial destaque às premissas estabelecidas por essas políticas: dialética, articuladora e construtivista. Tais premissas influenciam o modo de agir dos extensionistas, e nesse sentido, buscou-se o entendimento das potencialidades e dos desafios enfrentados por esses profissionais no exercício da função. Identifica-se que, após a PNATER, a ação extensionista deve balizar-se pelo reconhecimento histórico dos sujeitos, pela articulação dos serviços de ATER com demais políticas públicas, pela construção do conhecimento pela via do diálogo e por uma relação horizontal entre agricultor familiar e extensionista.

Quanto às considerações finais sobre a pesquisa de campo, inicia-se com as inferências sobre o perfil demográfico das extensionistas de bem-estar social entrevistadas. Obteve-se, ao analisar a formação acadêmica das BES, o indicativo de que a maioria das entrevistadas são pedagogas, profissão que tem como base os ensinamentos de Paulo Freire, dos quais se destaca para o tema em questão a obra: *Extensão ou Comunicação* (1971). Quanto a isso, atenta-se para o fato de que, para exercer a função de extensionista de bem-estar social, faz-se necessária uma formação correlata à área das Ciências Sociais Aplicadas, o que contribui para superação da perspectiva tecnicista e desenvolvimentista de extensão e corrobora as perspectivas elencadas na PNATER como, por exemplo, as premissas de participação e democratização.

Por meio do perfil demográfico, infere-se também que as profissionais de bem-estar social são majoritariamente mulheres, dando um indicativo do papel social do cuidado e da educação, que são historicamente atribuídos às mulheres. Indica-se, ainda, o fato de a maioria

das entrevistadas estarem acima dos 55 anos, retratando que essas profissionais percorreram o caminho histórico da extensão, trabalhando como servidoras da EMATER, e vivenciaram, portanto, o antes e depois da PNATER.

Sobre o perfil profissional identificado, infere-se que as características identificadas apresentam confluências com as perspectivas elencadas na PNATER, uma vez que houve predominância do perfil dialógico, comunicativo, baseado em trabalhos coletivos, com métodos estabelecidos por modelos como a Metodologia Participativa de Extensão Rural (MEXPAR) e com identificação com o rural, por parte das extensionistas.

A partir das conclusões sobre o perfil demográfico e profissional das entrevistadas, apresentar-se-ão as conclusões acerca dos tópicos levantados com as extensionistas de bem-estar social. Infere-se, acerca das funções discriminadas pelas profissionais, a primazia de tarefas ligadas a agroindústria, articulação com políticas públicas, organização e fomento ao associativismo e questões ligadas à alimentação e à nutrição das famílias rurais. Quanto ao papel das BES, conclui-se, por ser este profissional o elo entre a família do agricultor familiar e os serviços de ATER.

Acerca da confluência das intervenções das BES com as premissas da PNATER, conclui-se que, dentre as profissionais entrevistadas é imperativa a necessidade de um trabalho baseado na dialética, no qual o diálogo se dá por pares, numa relação horizontal. Evidencia-se a necessidade de articulação dos serviços de ATER com demais políticas, uma vez que a família residente no campo necessita de outras políticas públicas para o seu desenvolvimento. Por fim, reitera-se a perspectiva construtivista na apreensão de conhecimentos por parte dos extensionistas e agricultores familiares, uma vez que a construção do aprendizado se dá pela via do reconhecimento dos saberes do outro.

Quanto ao uso de Metodologias Educativas e Participativas, infere-se como potencialidade o fato desses trabalhos propiciarem autonomia e corresponsabilidade sobre os resultados alcançados, possibilitando uma intervenção de ATER que respeite as realidades locais e oportunize momentos de discussão para o desenvolvimento rural. Dentre os aspectos negativos levantados pelas profissionais, cabe ressaltar os interesses políticos e pessoais que, às vezes, influenciam nos processos, o desinteresse ou pouca participação por parte das comunidades rurais e uma visão fatalista e/ou determinista por parte de alguns profissionais.

Sobre os desafios enfrentados pelas BES no exercício da função, identificam-se as limitações institucionais de ordem financeira, devido à crise econômica vivenciada pelo Estado de Minas Gerais e de ordem estrutural, uma vez que muitos profissionais aposentaram e o RH se apresenta insuficiente. Quanto à relação dos extensionistas de bem-estar social com os demais servidores da EMATER, identificam-se alguns conflitos devido à formação dos extensionistas agropecuários, divergente da formação de muitos dos BES.

Finalizando, apontam-se as considerações finais acerca da contribuição da formação acadêmica das BES para o alcance dos objetivos da PNATER. Reitera-se que nessa política, é apresentado com um dos objetivos a adoção de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos.

Nesse sentido, conclui-se que as Extensionistas de Bem-estar Social contribuem para a superação de um modelo tecnicista de extensão, desde que se adote um olhar sobre o rural que reconheça as potencialidades e realidades locais, contrariando um modelo profissional de visão fechada de extensão. “É PRECISO TRABALHAR DE PORTEIRA ABERTA”.

REFERÊNCIAS

ADOLFO, L. G. S.; CARVALHO S. A.; SILVA D. F. **Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v. 10, n. 1, p. 1-24, 2015.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **LEI 22.807 de 29/12/2017**. .

Disponível em:

<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=22807&comp=&ano=2017&texto=original>> Acesso: 15 jan. 2019.

BASSO, J. **Sustentabilidade da produção agrária e o direito**. Disponível em:

<<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6ff2b69d6d2ebf15>> Acesso: 03 mai. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília. Brasília: MDA, 2004. Disponível em: < <http://>

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf> Acesso em: 04 dez. 2018.

BRASIL, Presidência da República. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar ena Reforma Agrária – PRONATER.Lei Nº12.188, de 11 de Janeiro de 2010**. Brasília (DF): Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em: 30 set. 2018.

BULZICO, B. A. A.; GOMES, E. B. **Desenvolvimento sustentável e direito humano ao meio ambiente: breves apontamentos**. Revista Catalana de Dret Ambiental, v. 1, p. 1-22. 2010.

CAPORAL, F.R. **Bases para uma nova ATER pública**. Santa Maria: PRONAF, 2003.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. Santa Maria: 2003. Disponível em: < <http://www.ambiente.sp.gov.br/wpcontent/uploads/cea/JoseAntonio.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**.

Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Disponível em: <

<http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-Conceitoseprincipios.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília: 2006.

CÉZAR, L. W.; PIRES, G. N. M. **O direito à cidade e o desenvolvimento sustentável urbano: Dilemas do planejamento urbano moderno**. Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade, v. 2, n. 2, p. 123-143, 2016.

COSTA, D. V.; TEODÓSIO, A. S. S. **Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des)articulação da comunicação de organizações da sociedade civil, do estado e das empresas**. Revista de Administração Mackenzie, v. 12, n. 3, p. 114-145, 2011.

DIAS, M. M. **As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo**. Revista Oikos, Viçosa, v. 18, n. 2, p. 11-21, /2007.

FAVARETO, A. **Evolução das relações rural-urbano no Brasil: dinâmicas demográficas e análise comparada em perspectiva histórica**, India, 2010. Disponível em: <http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Arilson_Favareto-11.pdf> Acesso em: 03 dez. 2018.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**/Uwe Flick; tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRANÇA, D. M. C.; FARENZENA, N. **As ideias e a análise de políticas públicas de educação para a população do campo: um olhar a partir da abordagem cognitiva**. Eccos - Revista Científica, n. 39, p. 1-14, 2016.

FRANCE, M. G. C. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos**. Viçosa: UFV, 2005.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FROEHLICH, J. M. et al. **Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS**. Revista Ciência Rural, v. 41, n. 9, p. 1674-1681, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KHAN, A. S.; SILVA, L. M. R. **Eficácia e evolução dos indicadores socioeconômicos de famílias beneficiadas pelo programa de combate à pobreza rural: Projeto São José no Estado do Ceará**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 45, n. 4, p. 1037-1053, 2007.

KOGA, D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOKOL, A. F.; MISAILIDIS, M. L. **Direitos dos trabalhadores rurais num contexto de desenvolvimento sustentável**. Revista Estudos Avancados, v. 27, n. 77, p. 161-180, 2013.

LAVILLE, C. DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LELIS, D. A. S.; COELHO, F. M. G. DIAS M.M. **A necessidade das intervenções: Extensão rural como serviço ou como direito?**. Interações (Campo Grande), v. 13, n. 1, 2012.

LISITA, Frederico Olivieri. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil**. 2005.

LOCKS, G. A.; GRAUPE, M. E.; PEREIRA, J. A. **Educação do campo e direitos humanos: uma conquista, muitos desafios**. Conjectura: filosofia e educação, v. 20, p. 131-154, 2015.

LUSA, Mailiz Garibotti et al. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural e serviço social: o campo como desafio**. Cadernos Ceru, v. 24, n. 1, p. 115-135, 2013.

MAGALHAES, R. et al. **Intersetorialidade, convergência e sustentabilidade: desafios do programa Bolsa Família em Manguinhos, RJ**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 11, p. 4443 - 4453, 2011.

NETO, J. P. S. **Compreendendo a ação assistencial**. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 14, n. 30, p. 102-131, 2015.

OLINGER, G. Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil. Florianópolis: EPAGRI: 523 p. 1996

OLIVEIRA, S. B. ; GROSSI, P. K. **Desenvolvimento sustentável, enfrentamento da violência e cultura de paz.** Revista Educação, v. 6, n. 1, p. 126-137, 2007.

OLIVEIRA, N. R. F.; JAIME, P. C. **O encontro entre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da saúde no Guia Alimentar para a População Brasileira.** Revista Saúde e Sociedade, v. 25, n. 4, p. 1108-1122, 2016.

PORTILHO, Maria Sibeli Brasiliense. **Extensão Rural: o fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor.** 1998, dissertação (mestrado em Educação Brasileira). Centro de Ciência Humanas e Artes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1998.

ROMANIELLO, M. M.; ASSIS, TR de P. Extensão rural e sustentabilidade: guia de estudos. **Lavras: UFLA, 2015.**

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de ciência & tecnologia**, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

SÁTYRO, N. G. D; CUNHA, E. S. M.; CAMPOS, J. **Análise espacial da burocracia da assistência social nos municípios brasileiros:** notas para uma reflexão sobre a capacidade de implementação dessa política. Opinião Pública, Campinas, v. 22, n. 2, p. 286-317, 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23ªed. São Paulo: Cortês, 2007.

SILVA, E. H. F. M.; BERNARDES, E. M. **Estrutura Logica como metodologia para avaliacao de politicas publicas: uma analise do Pronaf.** Revista de Administracao Publica-RAP, v. 48, n. 3, p. 721, 2014.

SILVA, K. **Conscientização, tradição e desenvolvimento:** a luta pela terra, o uso dos recursos naturais e conflitos em Unidades de Conservação no estado do Amazonas. Revista Intratextos, v. 6, n. 1, p. 1-25, 2014.

SILVA, S. S.; COTO, G. C. **Redes Publicas de Cooperacao e o Desenvolvimento Local:** a experiencia do Programa Nacional de Habitacao Rural (PNHR) no Alto Vale do Itajai. Revista de Ciencias da Administracao, v. 1, n. 3, p. 165 - 182, 2015.

SIMÃO, G. L. **Políticas Públicas de desenvolvimento local e adensamento de capital social:** Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em quatro municípios de Minas Gerais. Brazilian Journal of Management / Revista de Administração da UFSM, v. 10, n. 2, p. 288-307, 2017.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos Ebape. br**, v. 10, n. 3, p. 569-583, 2012.

APÊNDICE

Apêndice 01: Entrevistas aplicadas às Extensionistas de Bem-estar Social.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E EXTENSÃO
TEL: (35)3829 4677 - E-mail: ppgde@ufla.br

**PESQUISA: O PAPELO DO EXTENSIONISTA DE BEMESTAR SOCIAL APOS A PNATER:
ESTUDO DE CASO DE EMATER'S DO SUL DE MINAS GERAIS**

| DADOS DOS PESQUISADORES | |
|--|--------------------------------|
| DISCENTE: MARCOS PAULO SOUZA AGUIAR EMAIL: mpauloaguiar@bol.com.br | TELEFONE: 35 98804-4256 |
| PROFESSOR ORIENTADOR: DR. MARCELO MÁRCIO ROMANIELLO EMAIL: mromaniello@ufla.br | |
| PERFIL DEMOGRÁFICO DO ENTREVISTADO | |
| Faixa Etária de Idade: () 18 à 24 anos () 25 à 34 anos () 35 à 44 anos () 45 à 54 anos () Acima de 55 anos | |
| Sexo: () Masculino () Feminino | |
| Estado Civil: (X) Solteiro () Casado () Divorçado () Viúvo | |
| Formação: | |
| Possui filhos? Se sim, qual a idade dos mesmos? | |
| Qual religião você pratica ou se identifica? () Católica () Evangélica () Umbanda () Espirita () Islâmica () Nenhuma () Outra | |
| Quanto ao seu perfil profissional, identifique o que mais lhe caracteriza: 1- () Teórico () Dialógico 2- () Reservado () Comunicativo 3- () Teórico () Prático 4- () Prefere trabalhar individualmente () Prefere trabalhar coletivamente 5- () Prefere técnicas estabelecidas () Prefere criar métodos de intervenção 6- Identifica-se com o meio rural: () Sim () Não | |
| ENTREVISTA | |
| 1ª ETAPA: QUANTO AO PAPEL DESEMPENHADO PELO B.E.S NA EMATER | |
| 1. Quais as funções realizadas pelo B.E.S nesta localidade da EMATER? 2. Qual é o papel do B.E.S junto ao público atendido pela instituição? 3. Você identifica mudanças na forma da intervenção dos Extensionistas , após a PNATER? Se sim, quais? Se não, justifique. | |
| 2ª ETAPA: QUANTO ÀS PREMISSAS ESTABELECIDAS PELA PNATER | |
| 4 - O agir do B.E.S baseia-se em ações Intervencionistas/teoristas ou deve adotar uma postura dialética/construtivista ? Justifique. | |

6 - Como se dá o diálogo entre o **Extensionista** de B.E.3 e o público atendido pela EMATER?

8 - Quais as técnicas e estratégias utilizadas para que o B.E.3 conheça a realidade do público a ser atendido?

7 - O **Extensionista** de B.E.3 articula-se com outros serviços e/ou políticas para viabilizar benefícios e/ou direitos aos atendidos pela EMATER? Se sim, quais e como...acontece? Se não, qual o motivo da não articulação?

3ª ETAPA: QUANTO AO USO DE METODOLOGIAS EDUCATIVAS E PARTICIPATIVAS

8 - Quais as potencialidades da utilização de Metodologias participativas pelo **Extensionista** de B.E.3?

9 - Quais os desafios enfrentados pelo B.E.3 para utilização de Metodologias participativas?

10 - Como os atendidos pela EMATER recebem o uso de Metodologias Participativas? Quais os elogios e/ou críticas apontadas por eles?

11 - O **Extensionista** de B.E.3 utiliza-se da Metodologia apresentada pela MEXPAR (Metodologia Participativa de Extensão Rural)? Justifique e apresente os pontos positivos e negativos desta metodologia?

4ª ETAPA: QUANTO AOS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA B.E.3 NO EXERCÍCIO DE SUA FUNÇÃO

12 - Quais as limitações institucionais para que o B.E.3 desempenhe sua função dentro da EMATER?

13 - Quais os pontos positivos e negativos do trabalho do B.E.3 com os demais funcionários e **extensionistas**?

14 - A função de **extensionista** de B.E.3 é reconhecida pelos demais servidores e pelo público atendido?

15 - A EMATER propicia estrutura para o desempenho da função de **Extensionista** de B.E.3.

16 - O quantitativo de B.E.3 atende às demandas apresentadas nesta localidade e na região?

5ª ETAPA: QUANTO À CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA DO B.E.3 PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA PNATER

17 - De que maneira a formação acadêmica do B.E.3 contribui para o alcance dos objetivos institucionais da EMATER?

18 - Os demais **extensionistas** compreendem os saberes e a motivação da inclusão do B.E.3 no quadro de funcionários da EMATER?

19 - A formação acadêmica do **Extensionista** de B.E.3 favorece para a articulação da EMATER com demais serviços e/ou Políticas Públicas? Justifique?

20 - O **Extensionista** de Bem Estar Social contribui para a superação de um modelo tecnicista de extensão rural? Justifique?

21 - De que forma a intervenção do B.E.3 contribui para o desenvolvimento sustentável e para o fortalecimento da agricultura familiar?

22 - Equipe do escritório local da **Emater**:

LAVRAS, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Pesquisador

Apêndice 02: Relatório fotográfico – Projeto Melhor Ação 2018 – Emater Coqueiral









Apêndice 03: Relatório fotográfico – Histórico da Emater Campo Belo

